GUERRA CULTURAL O MUSEU DA INCONFIDÊNCIA, EM OURO PRETO, É ARRASTADO PARA O CENTRO DA DISPUTA ENTRE REVISIONISTAS E REACIONÁRIOS

EDITORIAL EM LINHA COM A TRADIÇÃO, ESTA REVISTA APROVEITA O INÍCIO OFICIAL DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA DECLARAR O SEU VOTO

CartaCapital

cartacapital.com.br
ANO XXXII Nº 1427
R$ 31,90
26 DE AGOSTO DE 2026
basset editora

TEIA CRIMINOSA

REVELAÇÕES INÉDITAS DO ESQUEMA MAFIOSO NO MARANHÃO, QUE NADA TEM A VER COM PERSEGUIÇÃO A UM JORNALISTA

FENAE

CONTRAF CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro

A força vem de dentro da Caixa. Os resultados aparecem Brasil afora!

A **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)** e a **Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT)** apresentam a **edição 2026 do Caderno dos Estados**, com dados detalhados sobre a atuação da **Caixa Econômica Federal** em todas as regiões do Brasil em 2025, com base nas informações do Banco Central.

Em números, o banco responde por **22,1% das agências bancárias do país**, somando um total de **3.120 unidades** distribuídas por todas as regiões.

Dos **R$ 6,1 trilhões** em operações de crédito ativos no Brasil, **23% pertencem à Caixa**. O banco **movimentou R$ 1,4 trilhão** em diversos setores, contribuindo tanto para o desenvolvimento social quanto econômico dos brasileiros.

De acordo com o Banco Central, em 2025, **69,5% dos financiamentos imobiliários no Brasil foram realizados pela instituição**. Além disso, com **investimentos de R$ 66 bilhões**, o banco foi responsável pela contratação de outras **386.971 unidades habitacionais** no programa do governo federal **Minha Casa, Minha Vida**.

No programa **Bolsa Família**, o país registrou, em média, **19,7 milhões de famílias beneficiárias**, com valor médio de **R$ 672,82 por mês**. Ao todo, foram pagos **R$ 159,5 bilhões**.

Nos últimos 10 anos, o **FGTS** executou **R$ 1,1 trilhão em obras de saneamento, habitação e infraestrutura** em todo o país.

Esse é apenas um pequeno recorte do trabalho sério que as mais de **84 mil empregadas e empregados da Caixa** realizam diariamente para transformar a realidade de milhões de pessoas.

A Caixa reafirma seu papel como agente fundamental na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento do país.

@fenaefederacao

www.fenae.org.br

@contraf_cut

www.contrafcut.com.br

Acesse o QR CODE e confira a publicação!

Ines249
CartaCapital
Tudo que importa para quem se importa
—
26 DE AGOSTO DE 2026 • ANO XXXII • Nº 1427

Os verões europeus viraram vitrines dos efeitos distópicos da crise climática
Pág. 52

6 BRASILIANA
8 EDITORIAL
10 A SEMANA

SEU PAÍS

20 PATRIMÔNIO Descolonizar a história do Brasil causa terremoto político
23 MARIA INÊS NASSIF
24 INFÂNCIA Debate da maioridade penal volta no meio do período eleitoral
28 PAULO ARTAXO
29 ALDO FORNAZIERI
30 BAIXADA FLUMINENSE Eduardo Paes retoma território bolsonarista
32 INSS Novos vazamentos atingem filho e ex-chefe de gabinete de Lula

Capa: Pilar Velloso, iStockphoto, Redes Sociais e TCM-GOVMA

34 OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES PT tenta reverter rejeição nas cidades mineiras
36 CORRUPÇÃO Minas apura desvios de verba da Lei de Incentivo ao Esporte

ECONOMIA

38 TARIFAÇO Brasil ameaça adotar a reciprocidade, mas ouvindo as empresas
42 CLIMA Projeções de perdas econômicas com o El Niño são cada vez piores

44 ADALBERTO VIVIANI
46 ANÁLISE A relação entre a política monetária e a dívida pública no Brasil

NOSSO MUNDO

48 GEOPOLÍTICA As mudanças globais estimulam o racismo e a beligerância ocidentais
52 VERÃO Os incêndios atingem uma Europa desprotegida ante as crescentes ondas de calor

ROMAIN PERROCHEAU/AFP E REDES SOCIAIS SP2B

PLURAL

55 ELAS SÃO AS DONAS DA BOLA
DIRETORA DA COPA FEMININA DE FUTEBOL DIZ QUE O EVENTO NO PAÍS, EM 2027, VAI IMPACTAR A CULTURA E A ECONOMIA

60 CINEMA *Anistia 79* expõe os efeitos da ditadura 62 ESTREIA Um suspense de Gus Van Sant 63 SAÚDE *Por Ligia Bahia* 64 LIVRO I Um novo olhar para as jornadas de junho 65 LIVRO II A noite sem fim de Reinaldo Moraes 66 CHARGE *Por Venes Caitano*

14 O REAL CRIME
ATAQUE À LIBERDADE DE IMPRENSA? NÃO. O ESQUEMA MARANHENSE É PROPINODUTO MANCHADO DE SANGUE

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

FUNDADOR: Mino Carta (1933 – 2025)

PUBLISHER: Manuela Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITORA-EXECUTIVA: Bruna Monteiro de Barros
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Amanda Queirós, Arthur Chioro, Arturo Hartmann, Augusto Diniz,Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Mello Belluzzo, Carlos Minuano, Claudio Bernabucci (Roma), Claudio Couto, Drauzio Varella, Cristina Serra, Eduardo Magossi, Elnara Negri, Fábio Mascaro Querido, João Paulo Charleaux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Plon, Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda, Maria Fernanda Vomero, Maria Inês Nassif, Marjorie Marona, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paula Sperb, Paulo Artaxo, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, Renato Meirelles, René Ruschel, Riad Younes e Vladimir Safatle
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
DIRETOR DE CONTEÚDO: Rodrigo Martins
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Allan Ravagnani e Leonardo Miazzo
EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Maiara dos Santos Marinho, Mariana Brasil Pinheiro de Oliveira, Vinicius Nunes Souza e Wendal Lima do Carmo
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor), Caio Godoy e Lola Magalhães (Editores)
ESTAGIÁRIOS: Danilo Roberto Silva Queiroz, João Victor Prado Sampaio e Kamille Soumaili
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
BSB/RJ: Hera Mídia - Iandra Siqueira, (61) 98322 9994/ (19) 99818 8958, landrasiqueira@heramidia.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 – SP/SP – CEP 05410-010 www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANER www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

Ines249

CARTAS CAPITAIS

DE VOLTA À VILA EUCLIDES

Foi dada a largada! A arma da classe trabalhadora é a sua organização e unidade na luta. Por um Brasil justo, democrático e soberano. Lula tetra e um Congresso forte de esquerda.
Maristela Matos

BENEDITA DA SILVA

Benê, sua história é quase igual à minha. Eu também entrei no PT por ser o único partido que acreditava no meu potencial de lutas.
Raimundo do Sacramento – Instagram
Identitarismo e *woke* não existem. Assim a direita chama as reivindicações legítimas da maioria da sociedade brasileira, quando as querem descredibilizar.
Arles Vieira

Cada pergunta sobre identitarismo é uma tentativa de deixar as coisas como estão, é reacionária, é estratégia de poder e de hegemonia discursiva.
Michele Joaquim

As demandas populares só vão ser atendidas se o povo se juntar e fizer barulho. E quando o povo perceber que eleger a extrema-direita e os neoliberais não vai resolver nada.
George Costaridis

A ORDEM DO DRAGÃO

A China foi o país que mais cresceu economicamente nas últimas décadas, invertendo o jogo do neoliberalismo de se submeter ao Consenso de Washington e fazendo seu próprio Consenso. Mostra ao mundo que é um país que pratica o capitalismo, mas com a essência socialista. Com um Estado forte e abertura seletiva e gradual, sem se submeter aos ditames ocidentais.
Paulo Cordeiro

VOTO FEMININO SOB ATAQUE

Esse discurso é uma grave ameaça à democracia. A extrema-direita está levando para o palanque graves ataques contra as mulheres e os nossos direitos. Mais que nunca precisamos reafirmar: mulheres sabem votar e faremos a diferença neste período eleitoral!
Bancada Feminista

O discurso que ataca o sufrágio feminino deforma os pilares da democracia e opera como uma ferramenta de desumanização, ao negar a cidadania plena a mais da metade da população brasileira. Esse tipo de narrativa não é um fato isolado, mas uma manifestação direta das estruturas combinadas do patriarcado, do machismo e da misoginia.
Maria Eliane

IRMÃ DE EDIR MACEDO DENUNCIADA

Muito triste e lamentável. Essas chamadas igrejas capitalistas realmente estão contaminando o nosso cristianismo.
Onilson Marcelino

Se tem uma coisa que as igrejas recebem é ajuda. Isenção de tudo quanto é imposto. Vamos fazer assim, igreja paga imposto e seus eventos serão apoiados pelas leis de incentivo à cultura, bora lá?
Bruno Martins

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Ines249

O TRUMP MINEIRO

CANDIDATO DO NOVO PASSEIA PELO MERCADO DE BELO HORIZONTE EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

POR FELIPE CASTANHEIRA

NÃO BASTA PARECER, TEM QUE SER DONALD TRUMP. O piloto Plínio Vicentin Júnior assumiu a *persona* Plínio Trump e emula o presidente norte-americano na tentativa de conseguir uma vaga de deputado federal pelo Novo em Minas Gerais. Ele tem circulado por Belo Horizonte para se apresentar aos eleitores e, claro, produzir conteúdo para suas redes sociais. No começo de uma tarde de quarta-feira, escolheu o Mercado Central de Belo Horizonte para visitar. Vestindo terno e uma vistosa gravata laranja, ele começa a circular, acompanhado por sua equipe de foto e vídeo. Mas em poucos passos Plínio Trump descobre que o Brasil não é bagunça e tem sua liberdade de expressão tolhida: não pode gravar no local sem a prévia aprovação da administração. O censor, no caso, não é o Estado, a administração do espaço é privada, então nada de reclamar, o remédio é aguardar até que o assessor de campanha consiga a autorização.

Alguns minutos depois, Valdir Latorre, o organizador da campanha, retorna com o esperado papel, mas informa que não vai poder acompanhar, pois terá uma reunião por telefone com o partido. O Trump tupiniquim segue então pelos corredores labirínticos do mercado, esperando ser reconhecido. Algumas poucas pessoas passam olhando e comentam, cochichando, sobre a figura. Talvez se Plínio contasse com o 1,91 metro de altura do presidente americano, e não seu 1,77 metro, o brasileiro nascido em Terra Boa, no Paraná, tivesse mais chances de ser notado.

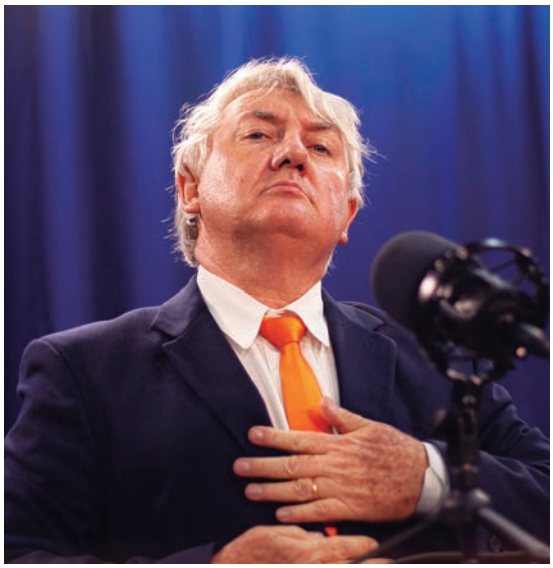
A equipe decide filmar o candidato andando pelo espaço dissertando sobre o local. Sempre abrindo o *take* com alguma expressão em inglês, ele faz discursos sobre as maravilhas de Minas, enquanto passa por prateleiras cheias de queijos, doces e cachaça. "Isso aqui tem que ser conhecido pelo mundo." Plínio Trump volta suas baterias contra o governo federal, clamando que Lula deveria fazer mais pelos produtos mineiros, mas nada fala sobre a atuação de Romeu Zema – governador do estado até março e seu colega de Novo –, talvez o maior responsável por defender os interesses comerciais e produtivos dos mineiros.

Gravações feitas, ainda é necessário filmar o con-

Em busca de votos, ele tem sua liberdade de expressão tolhida: nada de filmar sem autorização

Ines249

"É o Trump da Shopee", brinca a vendedora de queijos após ser abordada pelo político falando inglês no Mercado Central



Laranjão com queijo. Plínio Trump afirma que tem em comum com o sósia norte-americano a ideia de família e de defesa da liberdade, mas informa que faliu uma empresa. "Ele quebrou todas, né?"

tato de Plínio Trump com o eleitorado. A solução é deixar a espontaneidade de lado e garimpar lojistas que aceitem a interação. Em uma loja de queijos, duas atendentes são abordadas e logo informam que não podem permitir câmeras sem a autorização do dono (mais uma vez, barrados pela iniciativa privada). Instigadas a identificar a personalidade, que falava com elas em inglês, uma delas acerta: "É o Trump". Depois, ela se afasta e completa: "Da Shopee".

Apesar de não toparem a filmagem, elas encaminham o candidato para uma pessoa habituada às redes sociais: Stacy Ferreira trabalha em uma cachaçaria e costuma fazer vídeos sobre a loja e seus produtos. Ela aceita gravar. Plínio Trump foca mais nos produtores do que nos comerciantes. A interlocutora tenta driblar a pauta do candidato, sem muito sucesso. Finalmente, chegam a um acordo, reclamar da excessiva tributação sobre a cachaça. Mais uma vez o alvo foi o governo federal e nada foi dito sobre Zema, que em oito anos não fez nenhum movimento para mudar a tributação estadual do produto. Finalizada a conversa, Plínio segue em busca de novas possibilidades de filmagem. Tenta falar com a atendente de uma loja de artigos de couro e mais uma vez é impedido pela falta de aprovação patronal. O cinegrafista da campanha conversa com dois turistas cariocas que tinham reconhecido o "sósia" de Trump de primeira. Enquanto o câmera acerta os detalhes, a vendedora de couros pergunta se o candidato estava com calor. "Muito, mas faz parte do personagem", responde Plínio. Os turistas aceitam filmar. Cumprimentados em inglês, conversam sobre a situação do País e sobre futebol. O Trump brasileiro diz torcer para o Cruzeiro. De origem de família italiana que se dividiu entre Paraná e Minas, Plínio, quando não está em campanha, solta expressões em italiano de tempo em tempo. "Morei cinco anos na Itália", conta, com orgulho, emendando *Mi manca l'Italia*, declarando saudades do país.

Plínio Vicentin Júnior tem 59 anos, trabalhou por muito tempo como piloto de helicóptero, rodou o Brasil e também morou nos Estados Unidos. Ele conta ter afinidades com o presidente norte-americano. "A ideia de família, defesa da liberdade, do ir e vir, liberdade de imprensa e a liberdade econômica individual. Essa coisa do livre empreendedorismo." Mas também declara diferenças com o norte-americano, como o fato de nunca ter quebrado uma empresa. "Ele quebrou todas que teve, né?", ri. É um entusiasta da privatização de Itaipu, mesmo com a usina rendendo 1,3 bilhão de reais ao Brasil em 2025. "Tem muito dinheiro jogado fora ali. Gastaram bilhões para construir uma mega de uma usina que poderia estar gerando mais lucro." Mas a sanha privatista some quando o assunto é a Petrobras, empresa para a qual prestou serviço durante anos, levando, de helicóptero, trabalhadores para as plataformas em alto-mar. "Do jeito que está, basta administrar. É uma empresa que dá lucro." Residente da famosa Varginha, Plínio conta que tem informações privilegiadas sobre o ET que tornou a cidade célebre, mas não dá mais detalhes. "Sei de algumas coisas que aconteceram lá, mas a gente pode comentar outra hora", afirma, deixando o suspense no ar. •

REDES SOCIAIS

Ines249

NOSSAS ESCOLHAS

CARTACAPITAL APONTA SUAS PREFERÊNCIAS ELEITORAIS

Desde 1994, quando a edição número 1 chegou às bancas, esta publicação tem por hábito indicar os candidatos que considera mais habilitados a conduzir os rumos do País. *CartaCapital* fia-se, em primeiro lugar, na tradição das mais prestigiosas publicações do mundo. Há 174 anos, em todo ciclo eleitoral, *The New York Times* informa aos leitores as razões de seu "voto". A partir dos anos 1960, o principal jornal dos Estados Unidos passou a apoiar de forma sistemática os presidenciáveis do Partido Democrata. O costume havia se solidificado na mídia norte-americana ao longo do século XX, mas sofreu um revés na última eleição, quando alguns novos magnatas dos meios de comunicação, oriundos do Vale do Silício, decidiram trocar a opinião dos editoriais pela fila do gargarejo na posse de Donald Trump. Qualquer semelhança com repúblicas de banana não é mera coincidência.

Na Europa, o britânico *The Guardian* nasceu alinhado aos trabalhistas, enquanto *The Daily Telegraph* integra as fileiras dos conservadores. Os liberais da revista *The Economist* ultrapassam fronteiras: escolhem seus preferidos não só no Reino Unido, dão pitacos nas disputas em países considerados fundamentais para o triunfo dos valores capitalistas defendidos pela redação.

Ao declarar suas posições, *CartaCapital* também se escora em um princípio basilar nestes 32 anos de existência: o respeito à inteligência do leitor. Em vez de um simulacro de neutralidade de fazer corar os mascarados da *lucha libre* e os encantadores de serpentes, preferimos a transparência, convictos de que a clareza de posições fortalece o exercício do jornalismo.

No domingo 16, começou oficialmente a campanha. Daqui a menos de dois meses, os brasileiros irão às urnas e o resultado, determinante, vai reverberar por um período bem mais longo do que os próximos quatro anos de mandato do vencedor. A conspiração segue à espreita, tonificada pelo assédio da, ainda, maior potência militar e econômica do planeta, empenhada em retomar, à força, se necessário, o controle do seu quintal. Os eleitores vão escolher não só um presidente, mas entre a soberania e a subserviência a interesses estrangeiros. Entre a autonomia e o servilismo. Por essas e outras, o presidente Lula, em busca do quarto mandato, é a única opção diante dos desafios da geopolítica internacional e das pretensões de um país que, embora favorecido pela natureza, não consegue se libertar dos grilhões da desigualdade e do atraso. O atual presidente tem não só o passado a oferecer ao Brasil. Tem um futuro, principalmente se, nos últimos quatro anos no poder, se dedicar a coroar sua excepcional trajetória com um legado que o eleve ao mesmo panteão de Getúlio Vargas como construtor de um país. Lula encarna um projeto nacional, seu principal oponente é o despachante de um empreendimento miliciа-

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E REDES SOCIAIS

Ines249

Soberania. O presidente incorpora um projeto nacional. Seu principal oponente não passa de um despachante de interesses familiares e subalternos

no-familiar apegado a um plano particular, a anistia aos golpistas.

Sem apoio nos estados e no Congresso, a margem de manobra do presidente Lula permanecerá, no entanto, limitada. Eleger deputados e senadores comprometidos com um programa de desenvolvimento é o caminho para devolver às mãos do povo o Parlamento, transformado, na última década, em um covil de punguistas, um bazar de *influencers*, uma quermesse e uma trincheira de traidores da pátria. Equilibrar, ainda que pontualmente, a correlação de forças no Legislativo é restabelecer a imprescindível harmonia entre os poderes.

No Rio de Janeiro, Eduardo Paes reúne as condições para enfrentar os maiores flagelos locais, as milícias e as facções criminosas. Se eleito, o candidato precisará, porém, ter a humildade de pedir socorro à União. Só uma força-tarefa nacional arregimentará os recursos humanos, financeiros e logísticos necessários para coibir a criminalidade e livrar os cidadãos fluminenses do jugo da violência. Juliana Brizola representa o frescor da renovação no Rio Grande do Sul, cuja população, dois anos depois das enchentes, ainda se sente abandonada. Elmano Freitas, no Ceará, Jerônimo Rodrigues, na Bahia, e Rafael Fonteles, no Piauí, garantem a continuidade de governos bem-sucedidos. Eficiente ministro dos Transportes, Renan Filho tem tudo para dinamizar a economia de Alagoas. Em Minas Gerais, a experiência e o irretocável histórico de Patrus Ananias servem de antídoto à instabilidade e ao despreparo dos principais adversários.

Tão importante quanto reeleger Lula é melhorar a composição do Congresso

E São Paulo?, talvez pergunte o leitor. O ex-ministro Fernando Haddad cumpriria com desenvoltura a função. Uma dobradinha com o governo federal, em uma eventual reeleição do presidente Lula, seria a chance de o estado recuperar o protagonismo perdido. De qualquer maneira, dadas as suas excepcionais qualidades intelectuais, que Haddad nunca permite aos interlocutores ignorar, o professor está habilitado a prestar serviços em diferentes instâncias. Entre as opções, voltar ao comando das finanças do País ou assumir o leme da Casa Civil. Se tudo der errado, Haddad seria um inesquecível coordenador de um curso avançado sobre a filosofia de Hegel e Heidegger. •

Paes, no Rio de Janeiro, e Juliana Brizola, no Rio Grande do Sul, trazem o vento da mudança necessária. Rodrigues, na Bahia, e Freitas, no Ceará, são a garantia de continuidade

Ines249

A SEMANA

Um dia após o outro – Depois de liderar uma rebelião no Senado contra o Palácio do Planalto, iniciada pela rejeição ao nome de Jorge Messias para o STF, Davi Alcolumbre selou um armistício com o presidente Lula. O anúncio da descoberta de um poço de petróleo na Foz do Rio Amazonas deu novo combustível à relação. Na sequência, Alcolumbre anunciou a disposição de tirar da gaveta três projetos prioritários do Executivo: o fim da escala 6x1, a PEC da Segurança e a lei de minerais críticos. O senador sonha em continuar no comando do Congresso a partir de 2027, vencendo Lula ou Flávio Bolsonaro.

DIVAS

O País perdeu duas gigantes da dramaturgia: Glória Menezes, 91 anos, e Laura Cardoso, 98. Uma começou no teatro, a outra, no rádio, mas ambas brilharam na tevê, em um tempo em que as novelas moviam o País. Fizeram história.

Novas perfurações definirão a viabilidade de produção

REDES SOCIAIS, PILAR VELLOSO, ISTOCKPHOTO E ACERVO TV GLOBO

ENERGIA

Petróleo na Foz do Amazonas

A presidente da Petrobras anuncia descoberta na costa do Amapá, ainda sem estimativa de volume

A Petrobras descobriu petróleo no poço Morpho, na Margem Equatorial, nas águas profundas a cerca de 175 quilômetros do litoral do Amapá e 500 quilômetros da Foz do Amazonas. Magda Chambriard, presidente da estatal, informa que ainda não é possível estimar o volume ou o potencial de produção. Até agora foram perfurados cerca de 3 mil metros de profundidade em lâmina d'água e outros 3 mil em rocha. Faltam cerca de mil metros até o fundo do poço, o que deve levar ainda de 15 a 20 dias. "É uma descoberta que é fruto de um trabalho de anos, com muita tecnologia embarcada, muito esforço e muito investimento, mas que até agora confirmou todas as nossas expectativas de um potencial relevante de petróleo", afirmou Chambriard durante visita de Lula à sonda. São previstas novas perfurações, três na mesma área e cinco em regiões vizinhas, para que seja definida a real viabilidade técnica e econômica de produção na região.

NEGÓCIOS

DEDICAÇÃO TOTAL?

Casas Bahia pedem recuperação judicial, fecham 300 lojas e planejam demitir 3 mil funcionários

A rede Casas Bahia entrou com pedido de recuperação judicial por uma dívida de 17,3 bilhões de reais. Até 3 mil funcionários, dos 30.117, serão demitidos com o fechamento de quase 300 das 765 lojas existentes. Casas Bahia, Ponto Frio, o *e-commerce* Extra.com e mais sete empresas constam do pedido. A crise, segundo apontou a *holding* à Justiça, foi causada pelos investimentos robustos em tecnologia, logística e lojas digitais, na concorrência com gigantes mundiais, como a Amazon. A família Klein não tem mais o controle da empresa. Hoje, a acionista de referência é a gestora Mapa Capital, que assumiu 85,5% do capital da companhia em agosto do ano passado. Michel Klein ficou com perto de 3,8% do capital. Seu irmão, Saul Klein, foi condenado pela Justiça do Trabalho a pagar

30 milhões de reais por tráfico de pessoas para fins de trabalho sexual. O empresário aliciava mulheres e adolescentes com falsas promessas de trabalho e as explorava sexualmente. Em maio, ele também virou réu na 2ª Vara Criminal de Barueri. Já o pai, Samuel Klein, fundador da rede em 1957, teria mantido, por décadas, um esquema de aliciamento de crianças e adolescentes na sede da loja. Ele morreu em 2014, aos 91 anos, sem condenação criminal.

Título revogado – Por unanimidade, o Conselho Universitário da UFRJ revogou o título de *Doutor Honoris Causa* concedido, em 1968, ao diplomata norte-americano Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil durante o golpe de Estado de 1964. Os arquivos de Lyndon B. Johnson, presidente norte-americano à época, mostram que uma ordem sigilosa dos chefes do Estado-Maior Conjunto dos EUA deu início ao maior deslocamento de unidades de combate até então realizado no Atlântico Sul. Chamada de "Operação Brother Sam", a força-tarefa naval tinha como destino o litoral brasileiro e só não entrou em ação porque os golpistas tiveram uma rápida vitória.

22%

A MENOS

Este foi o porcentual de redução dos eleitores com idade entre 16 e 24 anos em relação a 2010. Já o eleitorado geral cresceu 17%. Hoje, os jovens são 12,5% do total.

AMÉRICA LATINA

OUTRO CIDADÃO DE BEM

Amigo de Eduardo Bolsonaro é preso na Bolívia acusado de homicídio

Ex-estrategista de Javier Milei na Argentina e aliado do clã Bolsonaro no Brasil, o marqueteiro argentino Fernando Cerimedo foi detido na Bolívia acusado de tentar matar a companheira. A advogada e ativista política boliviana Nadia Beller foi vítima de uma emboscada na porta de um prédio em Santa Cruz de La Sierra. A polícia prendeu Cerimedo quando ele tentava embarcar para a Argentina com uma mochila de dinheiro. Beller está internada e disse ao *La Nacion* que tem medo da polícia, do governo e até dos funcionários do hospital. Ela contou ao jornal argentino que falava com Cerimedo ao telefone quando foi atacada em um encontro com supostos informantes sobre um crime cometido por Evo Morales. Ele a teria encorajado a ir até o local e aguardar os agressores. Dono do canal e portal La Derecha Diario, Cerimedo se aproximou do clã Bolsonaro durante a campanha presidencial passada e foi acusado pela PF de integrar o "Núcleo de Desinformação e Ataques ao Sistema Eleitoral".

A SEMANA

lei do mais forte – Na mais nova ofensiva de Trump contra o Tribunal Penal Internacional, os Estados Unidos impuseram sanções a Tomoko Akane, presidente da Corte desde 2024. Abdoulaye Seye, funcionário senegalês da procuradoria do TPI envolvido com a questão palestina, também foi alvo da retaliação, que pode restringir o acesso a bens, serviços e transações sob jurisdição norte-americana. Marco Rubio, secretário de Estado, foi às redes sociais comemorar a medida e reforçar que o país está em campanha diplomática para "neutralizar a ameaça do TPI à soberania nacional".

FRASE DA SEMANA

"Acho que devem ser realizadas execuções seletivas em Gaza, eliminando de 30 a 40 pessoas todas as noites. Não apenas quem representa uma ameaça imediata. Há pessoas lá que não merecem viver."

—

ITAMAR BEN-GVIR, ministro da Segurança Nacional de Israel

Trump só vence a guerra na sua rede social

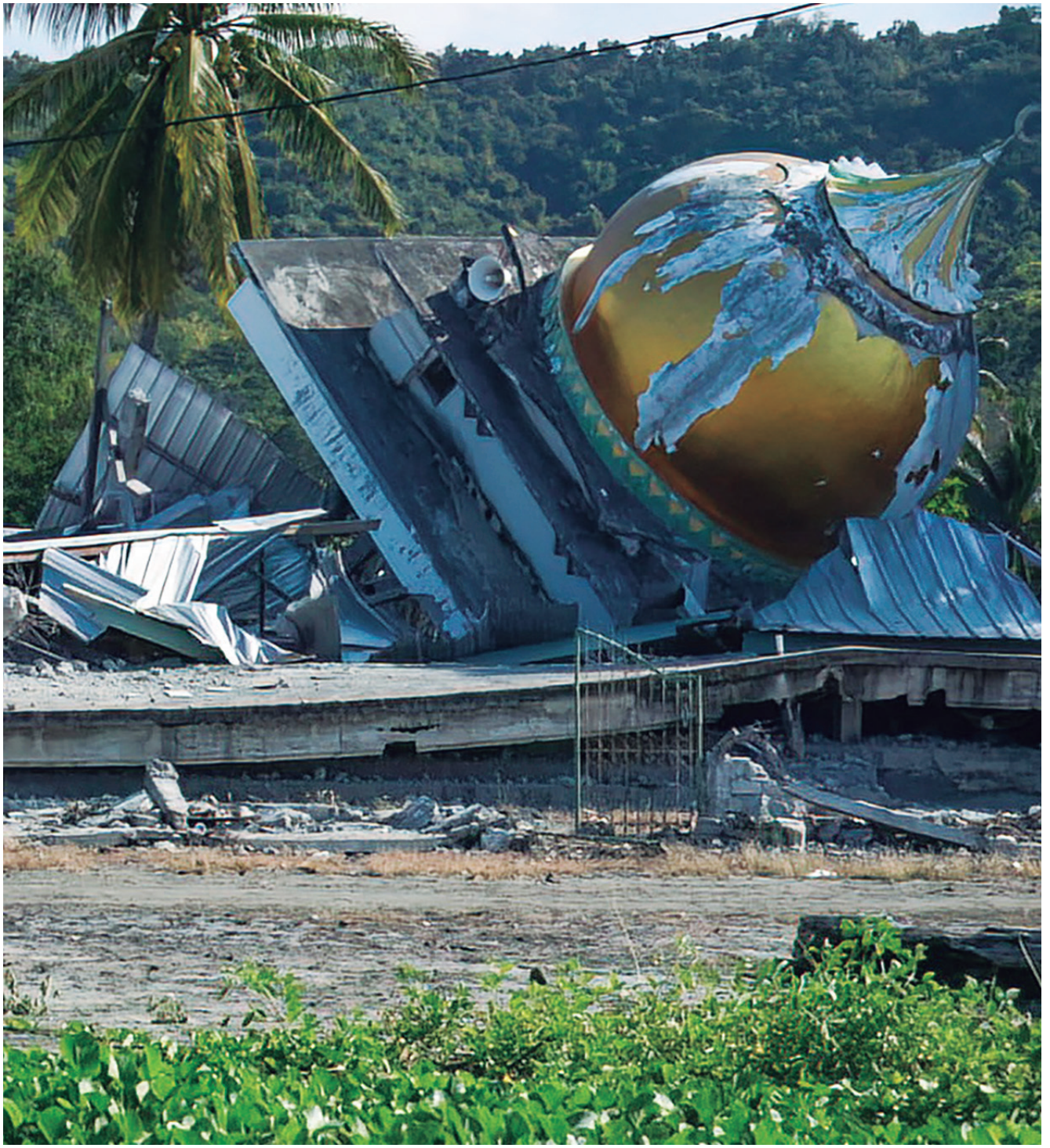
IRÃ

Memes e ameaças

Estreito de Ormuz atacado por Photoshop e a mira dos aiatolás voltada para a Europa

Sem avanços no terreno e nas negociações, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, recorreu a um estratagema repetitivo de sua administração. O republicano publicou uma imagem nas redes sociais na qual o Estreito de Ormuz aparece como "novo território dos EUA". Ele fez publicações semelhantes nos casos do Canadá, da Groenlândia, do Panamá e da Venezuela. "Em breve, sua ilusão a respeito será corrigida, ou nós corrigiremos as ilusões desse iludido", rebateu Kazem Gharibabadi, vice-ministro de Relações Exteriores do Irã. Enquanto isso, segundo o diário *Financial Times*, o regime dos aiatolás planeja atacar alvos norte-americanos e de aliados na Europa. Na lista, estariam a base de Bezmer, na Bulgária, e as instalações britânicas no Chipre, atingidas por um drone em março. Trump ameaça, por sua vez, atacar Omã, caso a monarquia feche um acordo com os iranianos para a administração de Ormuz.

AGÊNCIA BASARNAS/AFP, JACK GUEZ/AFP, REDES SOCIAIS E SAUL LOEB/AFP



Tragédia – Um terremoto devastou a Indonésia no sábado dia 15 e o país sofre com pouca ajuda humanitária. Com 7,7 graus de magnitude, o tremor deixou até agora 68 mortos e 5 mil desabrigados. Sobreviventes dormem ao relento temendo tremores secundários.

Ines249

O crime é outro

A MÍDIA TRATA COMO PERSEGUIÇÃO A UM JORNALISTA, MAS A TRAMOIA NO MARANHÃO É AÇÃO DE UMA QUADRILHA

por ANDRÉ BARROCAL

Um assassinato em São Luís do Maranhão há exatos quatro anos é mais um pretexto para o governo Trump se meter em assuntos brasileiros e estudar sanções contra Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Mas quem tem motivo mesmo para perder o sono não é o juiz, achincalhado pelo bolsonarismo e parte da mídia por alegadamente atentar contra a liberdade de imprensa ao ter autorizado a Polícia Federal a investigar a fonte de um blogueiro. É o governador do Maranhão. Carlos Brandão, do MDB, descrito pela PF como "provável líder" de uma organização criminosa espalhada pelos poderes locais. A "fonte" em questão, um ex-secretário de Brandão preso em julho, pertence a essa organização. Abastecer um blogueiro com informações sobre outro magistrado do STF, Flávio Dino, era um aviso: Dino e os filhos são vigiados. Brandão, comenta-se no Maranhão, teme ser preso a qualquer momento por ordem do juiz. Risco que tem tudo a ver com um homicídio de 19 de agosto de 2022.

O caso ficou conhecido no Maranhão como "Tech Office", nome do prédio do crime e onde figurões locais mantêm escritórios políticos. O autor dos disparos à queima-roupa e à luz do dia foi Gilbson Cutrim Jr., condenado em júri popular a 13 anos de cadeia em dezembro de 2024. Há alguns meses, ele negocia uma delação premiada com a PF. Está disposto a incriminar a cúpula do poder estadual, a começar pelo governador, mas não só. Implica ainda Marcus Brandão, irmão de Carlos e apontado como o cabeça da família, aquele que nos bastidores trata de dinheiro. É o filho dele, Orleans Brandão, o candidato do clã à sucessão do governador. Cutrim aponta o dedo também para Daniel Brandão, sobrinho do governador e filho de José Henrique Brandão, ex-prefeito de Colinas, o berço político da família, uma cidade de 40 mil almas a 440 quilômetros ao sul da capital maranhense. Daniel comandava o Tribunal de Contas do estado desde 2023, escolhido pelo tio, até ser afastado recentemente do cargo por decisão de Dino. Ele estava na cena do crime de quatro anos atrás.

O matador depôs ao menos duas vezes a autoridades federais desde que o caso saiu da esfera estadual. A primeira foi em junho de 2025, a um procurador da República e uma delegada da PF, logo após ser transferido de um presídio maranhense para outro em Brasília. A mudança ocorreu depois de sua esposa, Lorena Santos, procurar o Ministério Público e relatar que o marido parecia doente e lançar a desconfiança de que ele estava sendo morto aos poucos na cadeia. Exames médicos constataram que Cutrim tomava um remédio que o levaria a óbito, conforme uma fonte a par dos fatos. Essa foi a razão usada pela defesa do condenado em uma ação levada ao Supe-

REDES SOCIAIS E ROSINEI COUTINHO/STF

MORAES E DINO VIRARAM ALVO DE UMA CAMPANHA MIDIÁTICA

Ines249

SEGUNDO A POLÍCIA FEDERAL, O GOVERNADOR CARLOS BRANDÃOÉ O PROVÁVEL LÍDER DE UMA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Ines249

rior Tribunal de Justiça no início de 2025 que resultou na abertura de uma investigação sobre as autoridades maranhenses e na transferência do preso para Brasília.

O outro depoimento-delação foi em fevereiro passado, à PF. Parte dele está reproduzida em uma decisão de 17 de agosto de Dino. O pistoleiro declarou que "pegava dinheiro" para a família Brandão, "para levar pro Carlos, inclusive levei valores para dentro do palácio *(dos Leões, sede do governo estadual)*". O montante seria entregue "pro Daniel". Quando da prisão do matador dez dias após o crime de 2022, o delegado que o interrogou na Polícia Civil, órgão estadual, teria escrito em um papel "Daniel", mostrando-lhe e dito para não citar aquele nome. "O meu depoimento, ele foi ensaiado na mesa do delegado", afirmou. A verdade, segundo o delator, é que o próprio sobrinho do governador teria organizado a cena que culminou no assassinato. Daniel era assessor especial do tio. Eis o grande mistério do caso Tech Office: qual a relação de Daniel com os acontecimentos que terminaram em um cadáver? Por que estava na cena do crime, conforme registrado em câmeras de segurança do prédio? Por que minutos antes dos disparos fatais havia falado com a vítima, João Bosco Oliveira, e um vereador de São Luís que levara Bosco ao local?

Outra alegação de Cutrim no depoimento de fevereiro passado, segundo apurado pela reportagem com fontes a par do caso, aponta uma explicação para a reunião no prédio Tech Office ter tido Daniel na preparação e em cena: o que se tratava ali faria parte de um grande esquema de propina e de caixa de campanha para a reeleição de Carlos Brandão. O matador estaria a serviço da família do governador havia ao menos dois anos, primeiro em invasões de terras, em seguida como coletor de propina.

O vereador ao lado de Bosco, a vítima, no andar térreo do Tech Office é Beto Castro, hoje no partido Avante e pré-candidato a presidir o Legislativo da capital maranhense em 2027 com apoio do clã Brandão. Há dois meses, foi denunciado à Justiça pelo Ministério Público estadual por destinar verba de emendas parlamentares a um esquema em favor de uma facção criminosa local aliada do Comando Vermelho. Bosco era quem cobrava dinheiro em nome dele quando Castro precisava, segundo a viúva disse logo após o crime à Polícia Civil e depois no processo judicial que levou Cutrim a júri. A reunião que desembocou no homicídio serviria para cobrar uma dívida. Castro mentiu a respeito ao depor à Polícia Civil no dia seguinte. Declarou que havia encontrado Daniel e o assassino no local por acaso, ao aparecer com Bosco. No processo judicial, admitiu o que o próprio réu dizia. Que não houve coincidência no encontro com Cutrim, era um acerto de contas a ser feito. Sustentou, porém, que Daniel nada tinha a ver com a história.

Cutrim, filho do dono de um jornal pequeno, o *Itaqui-Bacanga*, tinha sabido por aqueles dias de uma dívida antiga do estado com uma empresa de vigilância prestadora de serviço em escolas. Na versão dele, havia sido dica de um advogado da firma. Teria apelado então à influência política do vereador para destravar o pagamento na Secretaria de Educação. Em troca, Castro ficaria com uma fatia do repasse, uma promessa da SH Vigilância. O vereador conseguiu a liberação, 778 mil reais. E aí há uma divergência. O atirador alega que Castro queria receber mais que o combinado, o vereador rebate que cobrou apenas o acordado. No depoimento-delação de junho do ano passado, o assassino diz que tentou falar com Daniel sobre as pressões do vereador, que o sobrinho do governador teria organizado a reunião no Tech Office e tomado partido de Castro. Eis um trecho do depoimento, segundo o portal *G1*: "Aí eu liguei: 'Qual foi, Daniel?' Ele: 'Não, rapaz, eu quero saber cadê o dinheiro?' Eu: 'Que dinheiro?' 'O dinheiro que o Beto Castro fez o pagamento pra você e você não passou o dinheiro'".

A campanha eleitoral tinha começado fazia três dias, o tio de Daniel tentaria continuar no poder. Fazia sentido o clã Brandão perfilar-se com um político que atuou como cabo eleitoral. Era conveniente ainda que a ligação de Daniel com o crime fosse deixada de lado no inquérito da Polícia Civil, para não criar embaraços políticos. Na noite do assassinato, teria havido uma reunião na casa de Heloísa Brandão, mãe do governador, para tramar uma saída que salvasse a pele de Carlos e Daniel. É o que afirma um político maranhense a par do episódio. Entre outros presentes estariam Castro e Raimundo Cutrim, delegado aposentado e ex-deputado estadual. O vereador depôs à Polícia Civil no dia seguinte e mentiu. Além da versão de encontro fortuito com Daniel e o atirador no prédio Tech Office, declarou que o crime tinha sido causado por uma desavença entre assassino e vítima, por dívida entre ambos. Assim a Polícia Civil tratou o caso até o júri condenar o matador em 2024. Querela privada.

O assassino entregou-se à Polícia Civil dez dias depois do crime e seguiu em parte

AO SUSPENDER O SIGILO DAS INVESTIGAÇÕES, O MINISTRO FLÁVIO DINO LANÇA LUZES SOBRE UM ESQUEMA SANGUINÁRIO E ARTICULADO DE PROPINA E DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO

Confissões de um assassino

Delegada: Essa reunião não foi especificamente para tratar da SH vigilância do [ininteligível no áudio], teve um contexto maior...

Depoente: Isso, maior. Envolvendo maior, que nem eu tô falando o fato do Pacovan[1], que eu pegava dinheiro deles, dele para levar pro Carlos, inclusive levei valores para dentro do palácio, entendeu? Entreguei para pro Daniel e aí eles e como houve esse esse esse atrito, ele estava tipo com medo de eu falar alguma coisa em plena campanha que pudesse atrapalhar a a reeleição do Carlos e qualquer coisa.

Delegada: Aí o Daniel te ligou para falar, sugerir, então, um encontro no shopping.

Depoente: Foi, foi isso. Isso aí primeiro ligou aí tentando me convencer, não era primeiro era para mim no comitê central do governador.

Delegada: Aí você falou que não iria.

Depoente: Não iria. Aí ele disse: "Não, então vamos se encontrar no Tech Office", tal. Eu disse: "Ah, cara, eu vou vou vou embora vou conversar". Ele disse: "Não, não te preocupa não, que a gente vai resolver isso aí". Mas aí tem as imagens tudinho, eu chegando, ele ele que puxa a cadeira para mim sentar, mas só quando eu cheguei, ele tava lá porque esse Bosco era pistoleiro, ele tava sentado assim, nunca nem tinha visto esse cara sentado, o Beto de frente para mim e o Daniel do lado.

A pf descreve o esquema...

Ademais, conforme oitiva realizada em 12/02/2026, Gilbson Cezar Soares Cutrim declarou ter recebido de Raimundo Soares Cutrim a quantia de R$ 160.000,00 em 27

jitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço al/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o código 3297-A54A-0491-6F01 e senha D911-61E7-BA08-1E9C

PET 15437 / MA

espécie, indicando Marcus Brandão como a origem dos recursos.

... Com base no depoimento do matador, que negocia uma delação premiada

"Gilbson Cutrim Junior desempenhava função operacional no fluxo dessas tratativas, atuando na circulação de expedientes e valores em espécie entre integrantes do núcleo político, após interlocução direta com DANIEL ITAPARY BRANDÃO e com Governador CARLOS BRANDÃO, identificado como provável líder da organização criminosa ora investigada.

Ines249

O ATIRADOR FOI TRANSFERIDO DO MARANHÃO PARA BRASÍLIA APÓS FORTES SUSPEITAS DE UMA TENTATIVA DE QUEIMA DE ARQUIVO

o *script* preparado para não implicar o clã Brandão. Declarou ter atirado em Bosco por causa de uma discussão a respeito de uma dívida, mas uma dívida com o vereador, não com a vítima. E não citou Daniel. Em um vídeo gravado por aqueles dias, e que circula na internet até hoje, afirmou que o sobrinho do governador estava fora da história. Em fevereiro de 2023, foi denunciado pelo Ministério Público do Maranhão à Justiça estadual e convertido em réu uma semana depois pela juíza Vanessa Clementino Souza. Ao aceitar a denúncia e encaminhá-lo ao júri, a juíza anotou: entre o caso Tech Office e a denúncia, Cutrim Jr. tinha participado de mais dois assassinatos e sido pego pela polícia por porte ilegal de armas e de drogas.

A versão do atirador desde a prisão pela Polícia Civil em 2022 até o julgamento em 2024 foi arquitetada por Raimundo Cutrim, em troca de recompensa financeira por parte da família Brandão, segundo a PF. O delegado é aliado do clã. No início de 2025, foi nomeado pelo governador como secretário de Assuntos Legislativos. Ocupou o cargo até julho passado, quando foi afastado e preso preventivamente por ordem de Dino a pedido da PF. Esta havia começado a apurar o caso Tech Office e a postura das autoridades maranhenses após os advogados do sicário terem recorrido ao STJ, no ano passado, com aquela alegação de risco de morte no presídio. Recorde-se: por causa desse risco, o sentenciado foi transferido do Maranhão para Brasília por uma decisão do STJ de 31 de maio de 2025. A postura de poupar Daniel e o clã Brandão teria sido abandonada porque o cala-boca teria minguado.

Cinco meses depois do recurso de sua defesa ao STJ, o caso mudou de tribunal, passou à alçada do Supremo. Motivo: um senador do Maranhão, Weverton Rocha, do PDT, tentou influenciar o juiz do caso no STJ, Humberto Martins, em favor dos interesses da família Brandão, segundo descobriu a PF ao vasculhar o celular do parlamentar em outra investigação, sobre desvios em aposentadorias do INSS. Um congressista pode ser investigado somente na mais alta Corte. No Supremo, o caso foi parar com o maranhense Dino, que governou o estado de 2015 a 2022. Carlos Brandão era seu vice e elegeu-se seu sucessor com apoio do magistrado. Agora os dois estão rompidos. Brandão alega que o juiz tem interesse político no caso, que o processo não deveria estar no Supremo, mas no STJ, foro judicial dos governadores. E "nega veementemente as afirmações do homicida Gilbson Júnior, que classifica categoricamente como mentirosas", segundo nota de sua assessoria enviada à reportagem.

Raimundo Cutrim, aparente arquiteto da versão da família Brandão no caso Tech Office, é investigado pela PF em outro processo no Supremo, sob a relatoria de Moraes. Ele passou informações a um blogueiro maranhense, Luís Pablo, sobre carros oficiais utilizados por Dino na terra natal. Não era uma informação destinada a denunciar eventual mau uso da máquina pública, era tentativa de intimidar Dino, mostrar que seus passos e dos filhos eram monitorados. Em 2017, Pablo havia sido alvo de uma operação da polícia do Maranhão por aproveitar informações vazadas

Cenas do assassinato integram o inquérito conduzido pela Polícia Federal

REDES SOCIAIS E TCE/GOVMA

Ines249

da polícia para chantagear investigados: ou pagavam ou ele publicaria textos sobre as apurações. A mira de Moraes no delegado Cutrim levou parte da mídia a martelar que o sigilo da fonte jornalística, protegido pela Constituição, está ameaçado no Brasil. Levou ainda o governo Trump a cogitar punir o juiz, conforme o *Financial Times*. Cabe perguntar: com a derrubada pelo STF, em 2009, da exigência de diploma para exercer a profissão, o que caracteriza o trabalho de um jornalista? Como diferenciar atividade séria de pistolagem?

De volta ao caso Tech Office. Um mês antes de ser preso por suspeita de obstrução da Justiça e coação no curso do processo e ter o sigilo comunicacional quebrado, o delegado havia conversado com o pai do assassino e sido gravado às escondidas. Parente do ex-secretário, Gilbson César Cutrim apoia o filho na negociação de um acordo de delação em Brasília. No dia em que o condenado prestou um depoimento, em fevereiro, o pai entregou o celular à PF e falou também. Declarou que sua família recebeu 160 mil reais pelo silêncio do filho no caso Tech Office. O pagamento teria sido providenciado por Marcus, irmão do governador, e entregue pelo delegado. Quando este e César se encontraram quatro meses depois e o pai do condenado gravou a conversa, vê-se a tentativa do policial de convencer pai e filho a mudar a versão proposta por eles na delação. Parte do teor da gravação está na decisão de julho de Dino que prendeu o delegado. Este queria que César, Gilbson Jr. e a esposa deste, Lorena Santos, contassem que todo o dinheiro era por motivos de "estado de necessidade" e de "fome", nada a ver com cala-boca.

Na conversa gravada, o policial diz: "Inclusive, eu li um pedaço dela *(da delação)*". Como ele teve acesso a papéis sigilosos? Provavelmente por meio de um policial federal a serviço da organização criminosa liderada por, segundo os investigadores, Carlos Brandão. Edvar Rodrigues dos Santos foi alvo em junho de buscas e de quebra de sigilo comunicacional e desde então está afastado da PF por ordem de Dino. Em depoimento, o pai do atirador disse que Santos o procurou e identificou-se como integrante da equipe policial envolvida na negociação da delação, uma mentira, e tentado influenciar as versões do condenado. Santos teria estado presente na sede da PF no Maranhão quando o matador foi deslocado de um presídio local para lá antes de ser transferido a Brasília.

Da esquerda para a direita: Daniel e Marcos Brandão, Cutrim, Gilbon Jr. e Orleans Brandão. Todos integrantes da trapaça que domina o estado

EM NOTA, O GOVERNADOR CARLOS BRANDÃO NEGA "QUALQUER RELAÇÃO OU CONTATO COM ESSE ASSASSINO RÉU CONFESSO, GILBSON"

Há três meses, a pena de Cutrim Jr. é cumprida em regime semiaberto, por decisão de Dino. Na quarta-feira 19, correu na web um vídeo no qual ele lança outra suspeita: "A morte do Pacovan está totalmente ligada a eles", "o Francisco foi dizer que foi Iracema, Marcus e Carlos, pô, que mandaram matar o cara". Iracema Vale é deputada estadual, presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão e aliada da família Brandão. Carlos é o governador e Marcus, o irmão. E Pacovan? É Josival da Silva Cavalcanti, morto a tiros em junho de 2024. Tido como agiota, Pacovan também cobrava propina em nome de um deputado federal, Josimar Maranhãozinho, do PL, por conta do envio de emendas parlamentares à cidade de São José do Ribamar. A cobrança foi denunciada à PF em 2020 pelo então prefeito do município, Eudes Sampaio. As apurações desaguaram na condenação de Josimar e mais dois deputados no Supremo em março deste ano, a primeira punição por desvios em emendas.

Uma investigação da PF em curso no STF aos cuidados de Dino encontrou laços econômico-financeiros entre Josimar e o clã Brandão. Esses elos se dariam por meio das empresas Vigas Engenharia, da qual o governador seria sócio oculto, e a IS Guimarães, da qual Josimar seria o dono verdadeiro. As duas foram alvo de uma batida policial autorizada pelo magistrado no início de agosto. Seria também a materialização de um esquema maior de corrupção nos poderes do Maranhão por trás da presença de Daniel Brandão na cena do crime de agosto de 2022. Em nota a *CartaCapital*, Carlos Brandão diz, via assessoria, que nunca teve "nenhuma participação com a Vigas Engenharia e que todas as declarações referentes à empreiteira que tentam associar seu nome são infundadas". Sobre a citação de seu nome no assassinato de Pacovan, o governador afirma que a informação "não é apenas falsa – é uma aberração. Uma inverdade tão grotesca que beira a afronta ao bom senso". Diz ainda que é "inadmissível" tal menção a ele. "Que fique registrado com toda a clareza: o governador nunca teve nenhuma relação ou contato com esse assassino réu confesso, Gilbson, e muito menos com o Pacovan citado por ele." •

Ines249

O Brasil real

PATRIMÔNIO HISTÓRICO A decisão de descolonizar o Museu da Inconfidência causa terremoto político em Minas Gerais

POR JAMIL CHADE

O berço da Independência do Brasil está sendo mais uma vez alvo de um terremoto político. No centro histórico de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência vive uma verdadeira revolução. Sua atual direção tem um objetivo: descolonizar a instituição, as exposições que abriga e, assim, ajudar o País a se reimaginar. As alas mais conservadoras protestaram e chegaram a denunciar na Justiça qualquer gesto dos curadores para modificar a forma como a história do Brasil é exposta ao público. Mas Alex Calheiros, professor de filosofia à frente da direção do museu desde 2023, garante que o projeto não vai se intimidar e que a disputa, no fundo, é um espelho das dores de refundação de um país.

O prédio já foi cadeia e é uma das joias da arquitetura do Brasil. Até agora, o que existia ali era uma exposição para a reafirmação da história colonial. Sua importância é incontestável, pois se trata de um memorial dos conjurados mineiros e da ideia de soberania brasileira, mas sempre a partir do ponto de vista de uma elite escravocrata, da aristocracia e dos grandes donos de terras. Quem percorre seus andares tem a sensação de que está voltando ao passado, não apenas pelas peças apresentadas, mas, principalmente, pela narrativa que é construída. Em uma das salas, por exemplo, a imagem da imperatriz Tereza Cristina é acompanhada por joias. No local da foto de seu marido, D. Pedro II, livros.

Ao expor um pelourinho – um instrumento de tortura e punição de escravizados –, o tom do texto que acompanha o objeto beira a exaltação de sua função. "Troncos são instrumentos de captura, contenção e aviltamento", diz o material na parede da sala. E continua com precisão técnica: "Presentes nas casas de purgar dos engenhos coloniais, eram mais frequentes os de madeira retangular, abertos em duas metades, com orifícios maiores para o pescoço e menores para os pulsos e tornozelos, fechados na extremidade com cadeado". O material chega a flertar com a legitimação da tortura: "Aplicado como punição aos que tentavam subverter a ordem, tornou-se instrumento corretivo utilizado para atingir o imaginário coletivo".

Os textos que flertam com a legitimação da tortura e da escravidão serão reescritos

A própria escravidão parece ser relativizada. "A região das Minas seria lugar de pungente capítulo da história da humanidade, vivido por um povo que chegou a promover insurreições e se estabelecer em quilombos, mas acabou se firmando como um dos pilares na formação da cultura brasileira, por ter sabido, com tolerância também, interagir com seus algozes", declara o material que acompanha as peças do museu. "Sua contribuição aparece nas formas de convivência social, na manifestação da religiosidade, nas artes, na alimentação, na miscigenação." Esse é um dos fatores que Calheiros está mudando. Segundo ele, parecia não existir a compreensão à incoerência que é mostrar instrumentos de tortura e, ao mesmo tempo, falar de tolerância. Para ele, houve um esforço para neutralizar disputas e violência numa região que contou com mais de 300 conflitos.

Em setembro, um trabalho será iniciado com a comunidade local e diferentes movimentos para reescrever os textos que vão acompanhar as peças do museu. Os textos antigos, porém, serão mantidos, justamente para que se entenda o percurso no relato da história. O plano de Calheiros é ousado e já começou a ser

ISTOCKPHOTO, REDES SOCIAIS JEANE TERRA E ACERVO MUSEU DA INCONFIDÊNCIA DE OURO PRETO/MG

Ines249

“Refundar o museu é nossa contribuição para refundar o País. Estamos vivendo uma disputa pela memória, e isso é positivo”, diz Alex Calheiros

implementado. Um dos primeiros gestos foi mudar objetos de lugar, dentro do próprio museu. Assim, os instrumentos de tortura saíram de Sala do Trabalho e da Mineração e agora ocupam a Sala da Origem, espaço que era reservado a contar como a civilização europeia se instalou na região. As correntes, agora, estão ao lado da imagem da Santíssima Trindade, dos reis e dos itens da burocracia colonizadora. “Colocamos ali para mostrar que não seria possível o estabelecimento dessa civilização sem a escravidão”, explica. Na Sala do Império, por exemplo, um brasão da República foi instaurado. Tradicionalmente, o museu apresentava um percurso incoerente. Ainda que seja um memo-

Cultura negra. O museu recebeu a nova Sala Afro-Brasilidades e obras de Jeane Terra e Thais Helt convivendo com o acervo histórico

Ines249

rial da inconfidência, ele reitera a narrativa colonial. "O museu não aponta o que os inconfidentes buscavam, que era um futuro republicano para o Brasil", disse Calheiros. "É um local que carrega essa contradição. Sendo um memorial de história anticolonial, ele reitera os valores coloniais", constatou.

Outro passo foi o de abrir o museu para a história da população negra, que chegou a representar 90% dos habitantes de Vila Rica. "Hoje, 70% de Ouro Preto se declara não branca. Mas é um fator que não aparecia no museu", diz o diretor. Para dar legitimidade a essa mudança, o diretor conseguiu que o Museu da Inconfidência fosse reconhecido pela Unesco como lugar de memória sensível no âmbito da Rota dos Povos Escravizados, usando como base o argumento de Tomás Antônio Gonzaga nas *Cartas Chilenas*, que abordam o absurdo de o prédio ser construído sobre ossos e sangue dos pobres. "Ou seja, dos negros", enfatiza Calheiros, que inaugurou a Sala Afro-Brasilidades, com a Coleção Tadeu Bandeira, e incorporou ao acervo imagens de São Benedito com o Menino Jesus e do Rei Mago Baltazar, ao lado das obras contemporâneas de Jeane Terra e Thais Helt. Ao optar por trazer arte contemporânea para dentro do museu, Calheiros quer, no fundo, instalar uma pergunta: quem é que define o que é arte?

Gênero. O Panteão dos Inconfidentes agora também guarda as heroínas

Mas talvez uma das manobras mais contundentes da atual direção do Museu da Inconfidência esteja no debate sobre gênero. Se, por décadas, o Panteão dos Inconfidentes apenas acolhia os restos mortais de homens, a decisão foi a de colocar e representar também Hipólita Jacinta e Bárbara Heliodora no local, cerca de 230 anos depois dos acontecimentos que abalaram a monarquia. Hipólita foi a única mulher a se envolver efetivamente na luta. Fazendeira, escreveu e enviou a carta dando a notícia da prisão de Tiradentes e orientando que os conjurados começassem o levante militar. Ela ganhou em 2023 uma lápide no Panteão, pois o destino do seu corpo é desconhecido. Já Bárbara Heliodora, poeta cuja casa serviu de base para os encontros dos inconfidentes, teve seus restos transferidos em 21 de abril de 2024.

O próximo passo é promover um debate sobre os povos indígenas em Minas Gerais e, para isso, o museu convidou lideranças e comunidades locais para a conversa e a transformação. Não é por acaso que Alex Calheiros esteve, ao longo dos últimos anos, sob intenso ataque de monarquistas, bolsonaristas e conservadores. Na verdade, os problemas começaram antes mesmo de ele ter assumido o cargo. Apesar de ter sido o escolhido para dirigir o museu, ele foi vetado no Gabinete de Segurança Institucional, na época comandado pelo general Heleno. Dois anos depois, quando ele, finalmente, assumiu, os ataques foram intensificados, principalmente quando passou a questionar a narrativa do museu.

Em uma das exposições, com a presença de movimentos sociais, uma onda de fúria se levantou contra ele. Denúncias foram apresentadas ao Ministério Público, à OAB e à imprensa. Até mesmo entidades judaicas entraram com queixas, depois que os ataques de Israel em Gaza entraram na Sala da Inconfidência em uma referência às lutas anticoloniais. Calheiros, porém, afirma que tudo que está fazendo estava no plano que ele apresentou quando se candidatou ao posto e que a população local acolheu sua visão. Os números, de fato, mostram uma explosão na quantidade de visitações. Antes da pandemia, o local recebia em torno de 190 mil por ano. Agora, são 350 mil e, a cada mês, registra-se novo recorde. O diretor vê a reação inicial sem surpresa. "É uma metáfora do País, inconcluso, que não consegue romper esse ciclo autoritário e se realizar como República", estima. Para ele, o que o episódio em Ouro Preto revela é que é doloroso falar do que ocorreu. "Talvez seja um processo natural de cura de um trauma nacional." Sua avaliação é que, se muitas questões estão sendo colocadas ao museu e ao Brasil, outras tantas serão colocadas no futuro. Para ele, o museu precisa sempre mudar para ouvir as demandas da sociedade. "Refundar o museu é nossa contribuição para refundar o País. Estamos vivendo uma disputa pela memória, e isso é positivo. Temos de nos posicionar, assumindo os conflitos que podem gerar. Não temos medo", diz. Isso tudo, para ele, é parte de "reimaginar o Brasil". •

A onda de fúria se levantou contra o diretor do museu, com denúncias à OAB e ao Ministério Público

REDES SOCIAIS/SAMORY P. SANTOS

Ines249

Maria Inês Nassif
Jornalista e cientista social. Trabalhou nos principais jornais do País. Foi assessora do Instituto Lula

Onde as direitas se encontram

▶ Desde a Constituinte, elas servem ao liberalismo, por ideologia ou fisiologia

O Centrão se inventou como força política em 1987, assim que a Constituinte iniciou seus trabalhos. Nesse período ocorreu o primeiro movimento de reacomodação de parlamentares antes filiados ao PDS, o partido da ditadura, que criaram uma dissidência capaz de dar a vitória ao candidato do PMDB, Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral, formada por aqueles que aderiram ao peemedebista quando ele emergiu como o candidato indiscutivelmente favorito nas eleições indiretas e pelo grupo que estreava na política como nomes defensores dos interesses de associações de classe empresariais. Serviram, todos eles, à ditadura e a abandonaram nos seus estertores para continuar no poder.

A mobilização popular contra os governos militares, que tomou o País durante a campanha pelas eleições diretas, foi canalizada para a eleição de Tancredo Neves tão logo derrotada, pelo Congresso, a Emenda Dante de Oliveira, que reinstituía o voto popular para a escolha do presidente. Tancredo era candidato ao Colégio Eleitoral da ditadura, mas levou das ruas um forte apoio popular.

A posse do governo civil de José Sarney em 15 de março de 1985, após a morte de Tancredo, e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos foram iniciados em fevereiro de 1987, aconteceram ainda sob o êxtase popular de derrubada da ditadura. A sociedade civil inverteu, por completo, as regras políticas de antes. Nos governos militares, nenhum político poderia se declarar de esquerda sem correr o risco de ter o seu mandato cassado pelo governante de plantão. Após a vitória de Tancredo, definir-se como direita era autodenunciar apoio pretérito a uma ditadura que fora embora sem deixar saudades.

Na Constituinte, as diferenças fatalmente seriam expostas. A Assembleia tornara-se o palco de uma luta de classes encoberta no regime militar e onde os atores sociais disputavam palmo a palmo com os egressos da ditadura o seu espaço social. Em vez de se autodefinirem como conservadores, estes se nomearam como "centro democrático". Foram apelidados de "Centrão". Eram a base de apoio parlamentar de José Sarney, oriundo do PDS, inequivocamente conservador e um líder regional afeito à política de clientela. Era também um político conservador. E andava na contramão do deputado Ulysses Guimarães, líder inconteste do PMDB durante boa parte da vida do partido de oposição criado pela ditadura, no bipartidarismo, que havia se aproximado dos movimentos populares no período marcado pela campanha das diretas e tendia claramente ao apoio da pauta progressista na Constituinte. Ulysses presidia a Assembleia.

O Centrão tinha um papel duplo. Era o bloco de apoio a um presidente que dominava as técnicas do clientelismo e premiava a sua bancada parlamentar com emendas e favores para obter maiorias em matérias de seu interesse. Mas existiam, nessa articulação, integrantes que, embora não recusassem as benesses do fisiologismo, assumiam suas posições de classe. Entre eles constam os primeiros políticos brasileiros a proclamarem uma adesão ideológica clara ao neoliberalismo que grassava pelo mundo.

Ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso, embora o fisiologismo fizesse parte de uma vitoriosa ação de governo para conseguir maiorias a propostas que conseguiram derrubar no Congresso medidas de caráter fortemente nacionalista de uma Constituinte recente, houve uma articulação ideológica paralela que conquistou parlamentares do antigo centro-esquerda e de boa parcela da opinião pública. O Consenso Neoliberal, nos governos tucanos, entrou pela porta da frente do Congresso e desqualificou adversários. A esquerda que, durante a ditadura, era sinônimo de subversão, no consenso liberal tornou-se obsoleta, "jurássica". Dizer-se de esquerda tornou-se motivo de piada.

Entre os governos Lula e os de Dilma, até o *impeachment* da presidenta, o centro da discordância política era entre "atrasados" – a esquerda que mantinha suas posições políticas – e os "modernos" (os tucanos que entenderam que o liberalismo era o fim da história).

O *impeachment* de Dilma foi o momento em que o jogo mudou. Seu afastamento não foi apenas uma disputa ideológica entre neoliberais e uma proposta de Estado de Bem-Estar Social, mas uma tomada de poder. As forças democráticas demoraram a perceber que era um golpe não apenas contra Dilma, mas contra forças progressistas que resistiram à ascensão do Consenso Neoliberal. O golpe de 2016 e a tentativa de golpe contra o presidente Lula em 2023, logo depois da sua posse a um terceiro mandato presidencial, são contra o país que resistiu à sanha autoritária do ultraliberalismo sucedâneo do neoliberalismo. É isso que está em jogo nestas eleições. •

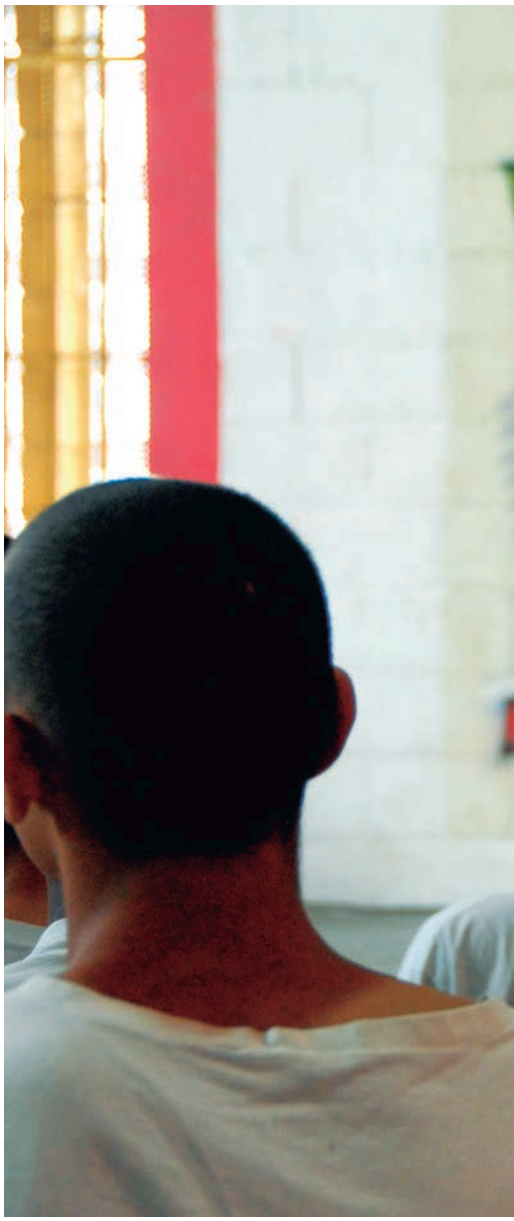
redacao@cartacapital.com.br

Ines249

Lugar de criança

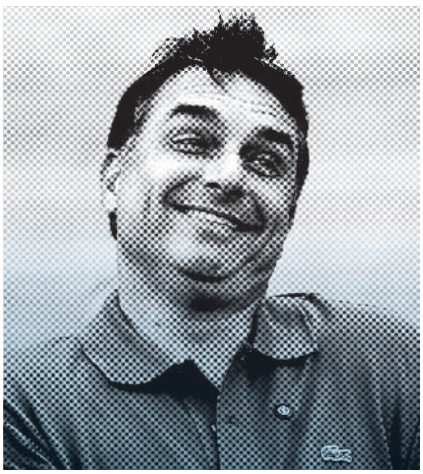
JUSTIÇA A redução da maioridade penal volta ao debate com o resgate da PEC em pleno período eleitoral

POR MARIANA SERAFINI



ACERVO FUNDAÇÃO CASA/GOVSP E MIGUEL SCHINCARIOL/AFP

Em pleno período eleitoral, a Câmara dos Deputados resgatou uma Proposta de Emenda à Constituição de 2015 para reduzir a maioridade penal de 18 para 16 anos. Em junho, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a PEC 32/15 e, no último dia 11, foi instituída a Comissão Especial para debater o tema. Direcionada aos jovens condenados por "crimes hediondos", a proposta tem uma armadilha, alertam juristas, porque, desde 1990, o conceito de "crime hediondo" já foi ampliado pelo menos 19 vezes. O tráfico de drogas, por exemplo, é equiparado a crime hediondo desde 1990 e o recrutamento de adolescentes por facções criminosas para esse fim é considerado, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), "uma das piores formas de exploração do trabalho infantil". Ou seja, o problema nem sequer deveria ser tratado na esfera penal. Atualmente, 73,7% dos adolescentes apenados no sistema socioeducativo são pretos ou pardos. Permitir que eles sejam transferidos para o sistema carcerário comum aprofundaria essa seletividade, sem nenhuma garantia de redução da violência. Relator da Comissão Especial, o deputado Mendonça Filho, do PL, admitiu que o tema é sensível e que não será votado antes das eleições. O correligionário Flávio Bolsonaro, candidato à Presidência, por sua vez, traz a proposta em seu plano de governo com o agravante de propor a redução para 14 anos.



Programa de governo de Flávio Bolsonaro propõe que a maioridade penal passe a ser a partir de 14 anos de idade

Representante do PSOL na Comissão Especial, o deputado Pastor Henrique Vieira, denuncia que o resgate da proposta e a criação do colegiado, autorizado pelo presidente da Câmara, Hugo Motta, do Republicanos, não passa de uma "jogada eleitoreira". "Considero irresponsável tratar esse tema dessa forma, em época eleitoral, com o Congresso esvaziado." Contrário à proposta, o parlamentar alerta que "a redução da maioridade penal não resolve o problema da violência, apenas criminaliza mais adolescentes que são alvo de violência e da não cobertura de direitos, podendo colocá-los no sistema prisional, que é a escola do crime". Cerca de 12 mil adolescentes estão inseridos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, o Sinase,

Ines249

Na Bahia, programa para internos aprova jovens no vestibular

segundo o levantamento de 2025. Eles são responsáveis por 2% dos crimes cometidos no País e, na maior parte dos casos, trata-se de infração para obtenção de renda: 29% são autores de roubo e outros 27,9% de tráfico de drogas. Os crimes hediondos como latrocínio, estupro, tortura e feminicídio representam 14%, isso significa 0,2% dos casos totais. Para o advogado Cristiano Maronna, diretor do Justa, alterar a Constituição com base em uma exceção não tem lógica. "Isso demonstra que o legislador brasileiro está de costas para as evidências científicas e insiste no modelo político criminal, que já se mostrou um retumbante fracasso." O Brasil já tem a terceira maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e da China. O sistema opera com superlotação em todas as unidades prisionais, em alguns casos com 400% de excedente. "São verdadeiros campos de concentração, onde a tortura é a regra", denuncia.

Diretor do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, o doutor em Ciências Jurídico-Criminais Marcelo Ruivo alerta para a "armadilha jurídica" presente no texto da PEC. A Lei 8.072/1990, que define os crimes hediondos, já foi alterada pelo menos 19 vezes. "Isso significa que, após eventual redução da maioridade penal, a lista de crimes hediondos pode ser

Ines249

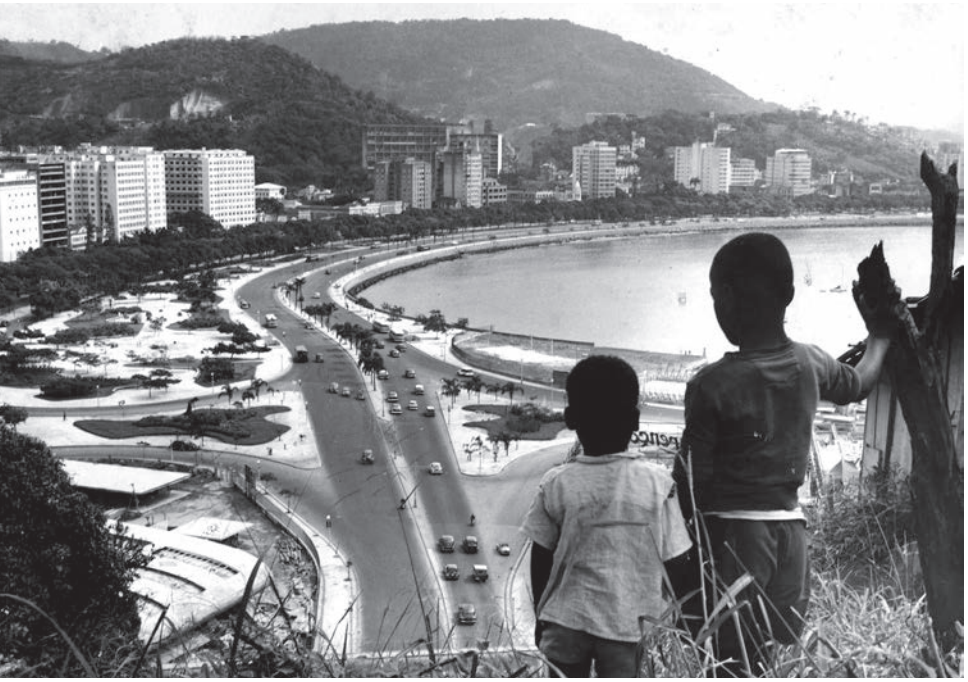
ampliada pelo legislador ordinário com quóruns menores que o necessário para aprovar uma Emenda Constitucional." Ruivo explica também que a proposta da PEC 32/15 não tem fundamento fático e jurídico, pois contraria a Constituição Federal por exceder os limites de objeto de Emendas Constitucionais ferindo a cláusula pétrea dos direitos e garantias individuais. Além disso, a medida é "fenomenologicamente contrária aos dados empíricos constatados pela psicologia, sociologia e pedagogia sobre o atual amadurecimento tardio das crianças e dos adolescentes em decorrência do excesso de uso de telas e da baixa interação social", completa. A proposta da PEC é tão mal fundamentada, que o próprio texto reconhece a falência do sistema prisional, avalia o jurista. Assim diz a matéria: "É necessário melhorar as condições das prisões, atualmente impróprias para qualquer ser humano. (...) E trabalhar o fim da superlotação dos presídios, que estão em situação de calamidade". Portanto, "a pretensão de incluir adolescentes nessas condições, além de inconstitucional e ilegal, seria um contrassenso e desserviço ao País", afirma Ruivo.

ACERVO CORREIO DA MANHÃ/ARQUIVO NACIONAL E ESMAR FILHO/CNJ

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos, o investimento em um adolescente no sistema socioeducativo é, em média, 120 mil reais por ano, enquanto o Estado gasta dez vezes menos com uma criança na escola: 12,5 mil reais por ano, segundo dados do *Anuário da Educação Básica* de 2025. Já o detento no sistema prisional custa cerca de 30 mil reais, com a diferença que ele reincide em uma taxa de 40%, voltando a cometer crimes em menos de cinco anos, com uma grande possibilidade de ser cooptado pelo crime organizado. O investimento em educação, porém, tem impacto infinitamente mais positivo para a sociedade, avalia a coordenadora de Políticas Públicas Socioeducativas da pasta, Jamyle Gonzaga. Em 64,9% dos casos, a mãe é a principal responsável pelo adolescente apreendido, e 40% das famílias vivem com até dois salários mínimos. Trata-se de uma população historicamente excluída, destaca Gonzaga. "A primeira vez que esses adolescentes acessam uma política pública é a socioeducação. Eles não tiveram acesso a saúde, educação, e já entram nas políticas públicas por meio de uma restrição e privação de liberdade." A premissa de que o adolescente não é responsabilizado pelos atos infracionais é uma falácia, denuncia. "Na prática, não existe esse cenário de impunidade."

Mais de 76% dos assistidos no sistema socioeducativo têm entre 16 e 18 anos. Isso significa que a redução da maioridade atingiria a imensa maioria sob custódia do Estado. O fato de a maioria dos adolescentes privados de liberdade ser de negros ou pardos não significa que os brancos e jovens de classes média e alta não cometam infrações. A diferença é que a punição nesses casos quase sempre é mais branda, explica Gonzaga. "De modo geral, eles têm acesso a outros caminhos, como o meio aberto e prestação de serviços à comunidade. A restrição de liberdade permanece sendo para os pobres e negros." De acordo com as diretrizes do Sinase e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a detenção deve ser o último recurso e apenas para os casos que envolvem violência. Na prática, porém, só tem direito a defesa quem pode pagar. "O tratamento dado aos que têm condições de contratar

Ines249



Há um século. Detenção do Menino Bernardino, de 12 anos, em prisão de adultos em 1926 resultou em violência brutal e no Código de Menores

bons advogados deveria ser destinado a todos." Para a promotora de justiça Lívia Sant'Anna Vaz, coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação do Ministério Público da Bahia, reduzir a maioridade penal seria "retroceder à legislação de 1890". Ela recorda a trágica história do Menino Bernardino, engraxate carioca que foi preso aos 12 anos em uma penitenciária adulta após jogar tinta em um cliente que se recusou a pagar pelo serviço. A criança sofreu violências psicológica, física e sexual na prisão e chegou à Santa Casa num estado tão deplorável que os médicos se viram obrigados a denunciar o episódio, ocorrido em 1926. No ano seguinte foi criado o Código de Menores. "Um século depois, essa história deve ser uma advertência. Quando o Estado abandona a proteção e aposta na punição, produz mais violência e não mais segurança."

O caminho para uma sociedade mais segura "não tem segredo", afirma Maronna: "Promover o Estado de Bem-Estar Social vai refletir em menos violência". O trabalho liderado por Regina Affonso, diretora-geral da Fundação da Criança e do Adolescente da Bahia, é um bom exemplo. Perto de 63% dos internos do País sofrem com distorção idade-série e muitos nem sequer tiveram acesso à educação básica. Corrigir esse atraso é a prioridade do sistema baiano. Por meio do programa Universidade Para Todos, um curso pré-vestibular desenvolvido pela Secretaria de Educação, vários adolescentes apreendidos têm conseguido acessar a universidade a partir de dentro das unidades socioeducativas. Entre 2023 e 2025, 129 jovens realizaram o Enem e, destes, 11 ingressaram no ensino superior. Em 2026, outros sete foram aprovados em universidades estaduais e federais da Bahia e na Unifesp, em São Paulo. "Isso tem servido de exemplo para os demais, que passam a ter novas perspectivas de futuro. Mesmo que o número de aprovações ainda seja baixo, para nós é motivo de muito orgulho", revela Affonso. Além da universidade, centenas de jovens conseguiram concluir o ensino médio, seja pelo meio regular, seja pelo EJA, o Ensino para Jovens Adultos.

Jovens de classe média e alta também cometem crimes, mas quem pode pagar bons advogados dificilmente sofre restrição de liberdade

Esse avanço foi possível graças a uma política de integração entre várias áreas do governo, explica a diretora. Hoje, todas as unidades socioeducativas do estado têm um complexo escolar. Ao deixar o sistema, os universitários também contam com apoio de um grupo de professores e estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana que oferecem aulas de reforço. A diretora revela que os primeiros aprovados escolhiam principalmente o curso de Serviço Social porque tinham "o desejo de retribuir o acolhimento que receberam". Agora, as escolhas estão mais diversificadas, com aprovados em História e Ciências da Computação, por exemplo.

Quem vive o cotidiano das unidades socioeducativas revela que a privação de liberdade é uma punição extremamente severa para os adolescentes. O professor do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Rio de Janeiro, André Tenreiro, explica que lá dentro os adolescentes ficam "totalmente isolados". Não podem assistir à televisão, ouvir rádio, acessar redes sociais ou ter contato com a família. Assistem eventualmente a filmes ou documentários, mas não têm contato com o mundo externo. "Para um jovem isso é muito dolorido. E essa turma da extrema-direita dizendo que a perda da liberdade é pouco. O que eles querem? Que os jovens sejam torturados lá dentro?" •

Ines249

Paulo Artaxo
Cientista e diretor do Centro de Estudos Amazônia Sustentável da Universidade de São Paulo (CEAS-USP)

A grande lacuna da eleição

▶ A política ambiental precisa deixar de ser tratada como um capítulo isolado dos programas de governo

As mudanças climáticas estão atingindo em cheio vários países. O Brasil, em particular, está enfrentando crises climáticas frequentes, com impactos significativos na produção agropecuária, na geração de hidroeletricidade e em perdas econômicas. A degradação ambiental torna a vida em nossas cidades cada vez mais difícil, com ondas de calor, tornados, enchentes e outros impactos que acarretam grandes prejuízos à população e à economia. Não há dúvida de que a crise climática se tornou um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Entretanto, a agenda ambiental e climática aparece de forma tímida, fragmentada e secundária nas discussões eleitorais. Isso vale tanto nas eleições para a Câmara e para o Senado quanto na eleição presidencial. Secas prolongadas, ondas de calor, chuvas extremas, enchentes, incêndios florestais e perdas na produção agropecuária já deixaram de ser eventos excepcionais. Tornaram-se parte de uma realidade que afeta a economia, a saúde pública, a segurança alimentar, a infraestrutura e a vida cotidiana de milhões de brasileiros.

A ausência desse tema nas eleições não significa que as questões ambientais e climáticas tenham perdido importância. A produção de alimentos depende cada vez mais da disponibilidade de água e de condições climáticas favoráveis; cidades enfrentam custos crescentes com enchentes e deslizamentos; sistemas de energia e de transporte tornam-se vulneráveis a eventos extremos; e o setor de seguros começa a lidar com enormes perdas que podem comprometer a própria capacidade de cobertura. Ignorar esses temas em uma campanha eleitoral significa deixar de discutir questões que determinarão o futuro econômico e social do País.

Há ainda várias dimensões estratégicas. O Brasil possui uma das maiores biodiversidades do planeta, vastos estoques de carbono, enorme potencial de geração de energia renovável e condições privilegiadas para liderar a transição para uma economia de baixo carbono. Nossos ecossistemas não são apenas patrimônios naturais. São componentes essenciais da economia, do bem-estar da população, do regime de chuvas, da segurança hídrica, da agricultura e da estabilidade climática. A conservação desses biomas deveria ser tratada como política de desenvolvimento, não como uma agenda restrita a órgãos ambientais.

Quando surge, o debate eleitoral frequentemente reduz a questão ambiental a conflitos pontuais: desmatamento, licenciamento, fiscalização ou criação de unidades de conservação. Esses temas são importantes, mas insuficientes. O eleitor deveria conhecer as propostas dos candidatos para a adaptação às mudanças climáticas, a prevenção de desastres, a segurança hídrica, a agricultura resiliente, a proteção das florestas, a redução das emissões de gases de efeito estufa, a transição energética e o financiamento da agenda ambiental. Mas raramente se observam esses temas nestas eleições.

Todos sabemos que a extrema-direita privilegia o *status quo* atual, que lhe é favorável, em detrimento dos interesses da população. Os chamados "políticos conservadores" não querem mudanças em um regime econômico que os favorece. Entretanto, é necessário discutir quanto isso vai custar e quem pagará a conta pela falta de ações. Qual será o impacto nas contas públicas se a prevenção e a adaptação continuarem sendo substituídas por respostas emergenciais caras depois que os desastres acontecem? A prevenção é muito mais barata. Aumentar a resiliência de um Brasil vulnerável às mudanças climáticas deve ser, urgentemente, um programa de Estado.

A política ambiental precisa deixar de ser tratada como um capítulo isolado dos programas de governo. Ela deve atravessar as políticas econômicas, agrícolas, energéticas, urbanas, industriais, de infraestrutura e de saúde. Estas eleições poderiam oferecer uma oportunidade para que os candidatos em todos os níveis apresentem propostas para enfrentar a crise climática.

O eleitor precisa saber como cada candidatura pretende preparar o Brasil para um clima mais extremo, proteger seus recursos naturais e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades econômicas da transição para uma sociedade de baixo carbono. A ausência desse debate nas eleições constitui uma lacuna no projeto do País. Em um Brasil cada vez mais vulnerável às mudanças climáticas, discutir preservação do meio ambiente não deveria ser escolha política secundária. Deveria ser uma das condições fundamentais para definir o futuro que os brasileiros querem construir. •

redacao@cartacapital.com.br

Ines249

Aldo Fornazieri
Cientista político e autor de *Liderança e Poder*

Os desafios de Lula

▶ Corrupção e segurança estão no topo das preocupações do eleitorado. Qual será a postura do presidente nestes assuntos?

Lula não começa mal a largada da campanha, mas também não começa bem. A pesquisa Quaest, de 14 de agosto, mostra que a distância em relação a Flávio Bolsonaro na simulação de segundo turno caiu para apenas 3 pontos, recolocando uma situação de empate técnico. Em abril e maio, esse empate era ainda mais evidente. Mas em junho/julho, Lula chegou a abrir 8 pontos de vantagem no levantamento da Quaest, e os agregadores de pesquisas mostraram uma vantagem média de 5 pontos. O presidente caiu de 33% para 29% no eleitorado independente e Flávio subiu de 30% para 33%, justamente na fatia que vai decidir as eleições.

Em julho, a avaliação positiva do governo conseguiu ficar levemente acima da negativa pela primeira vez desde 2024. Na última pesquisa, a negativa voltou a superar a positiva. Existe uma correlação entre avaliação do governo e desempenho eleitoral de Lula. Ao longo do terceiro mandato, a comunicação do governo foi desastrosa, mesmo no período de Sidônio Palmeira. Para que Lula tivesse começado bem a campanha, deveria ter uma vantagem de, no mínimo, 6 pontos e o governo deveria ter uma avaliação positiva fora da margem de erro sobre a avaliação negativa.

Novas denúncias deverão surgir contra Flávio Bolsonaro durante a campanha. Vamos imaginar que nenhuma delas terá a força de destruí-lo como candidato. E, no jogo do bem contra o mal em operação, por mais pecados que Flávio venha a ter, ele será "perdoado", pois representa, para o eleitorado de direita, a possibilidade de derrotar o mal. Se assim for, Lula terá desafios significativos para enfrentar e superar. A pesquisa Quaest mostra que as principais preocupação do eleitorado são violência e segurança (27%), corrupção (19%), problemas sociais (16%), saúde (14%) e economia e custo de vida (9%).

A campanha de Lula, neste momento de largada, está na defensiva nos dois principais pontos – violência e segurança pública e corrupção – e Flávio na ofensiva. Este é um grande e delicado desafio da campanha lulista. Na última rodada de eleições na América Latina, o tema da violência e segurança foi paradigmático, um dos pontos principais na definição de resultados.

Lula começou a campanha cometendo o mesmo erro que o governo cometeu durante o mandato: focando em legislação e em aparatos. Sua principal proposta é a PEC da Segurança e o Ministério da Segurança Pública. No Brasil, o caminho para o inferno está asfaltado por boas leis e por aparatos institucionais que não funcionam e consomem o dinheiro dos contribuintes. Quer dizer: a campanha não tem uma proposta efetiva para enfrentar a principal preocupação do eleitorado.

No tema da corrupção, Flávio também conseguiu ficar na ofensiva. Além de usar os escândalos e as condenações do passado, joga no colo do governo os escândalos do INSS e do Master e todo esse imbróglio do Lulinha e do Marcola. A militância de direita mantém fogo alto em torno disso nas redes. No campo lulista, há silêncio e passividade. Corrupção também é um tema de grande repercussão eleitoral. Mas, para Lula e os petistas, a palavra "corrupção" tornou-se sacrílega, impronunciável. Se Maquiavel fizesse parte da vida deste governo, Lula teria começado o terceiro mandato se proclamando o paladino da moralidade pública e o PT um feroz exército de combate aos corruptos.

Não por acaso, Xi Jinping, ao assumir o comando da China, lançou a maior campanha anticorrupção da história do país. Mais de 1 milhão de funcionários públicos foram expurgados e punidos. Assentou as bases incontestáveis da moralidade de seu governo. É inacreditável que Lula chegue à sétima disputa presidencial e ele e o PT não tenham noção da importância do combate à corrupção.

Mesmo na economia, Flávio Bolsonaro procura constranger a campanha de Lula, explorando os temas do alto endividamento e excesso do gasto público, as altas taxas de juro, a perda do poder de compra da população e a regulamentação das *bets*. Lula precisa ser mais convincente e persuasivo nos temas econômicos. Além do endividamento alto das famílias, que os programas "Desenrola" só conseguiram mitigar, a população se queixa do custo de vida. A percepção da perda do poder de compra supera a percepção do baixo desemprego.

Lula não consegue derrubar seus altos índices de rejeição. Há uma exaustão de imagem que, em parte, se deve à incapacidade de inovação e renovação. O governo Lula 3 olhou mais para o passado do que para o futuro. As transformações digitais criaram novos tempos que precisam de novas respostas. Sem inovação, não há nova retórica capaz de gerar encantamento e engajamento. Lula e a campanha têm o desafio de recriar a imagem, desbastando-a dos elementos exauridos e exaustos. •

redacao@cartacapital.com.br

Ines249

Terra retomada

RIO DE JANEIRO Alianças de Paes minam bolsonarismo na Baixada Fluminense

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Com direito a cafezinho e pão na chapa, um sorridente Eduardo Paes (PSD) selou esta semana o apoio do prefeito de Nova Iguaçu – segundo maior colégio eleitoral da Baixada Fluminense – à sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro. Mais do que pela confirmação de Dudu Reina, do PP, nono prefeito da região a lhe manifestar apoio, a visível alegria de Paes podia ser justificada pela presença do maior cacique político do município, o ex-prefeito Rogério Lisboa, também do PP, que até julho era o vice na chapa de Douglas Ruas, candidato do PL a governador. Além da reviravolta, tida pelo meio político como uma "jogada de mestre" do candidato do PSD, a aliança com o grupo comandado por Lisboa consolidou o avanço de Paes na Baixada, movimento iniciado por outro cacique – Washington Reis, do MDB. O ex-prefeito de Duque de Caxias – maior colégio eleitoral da região – indicou sua irmã Jane Reis como vice na chapa do ex-prefeito da capital, que é líder folgado nas pesquisas.

Sempre presente na construção dos arranjos que definem a situação política do estado, a Baixada Fluminense, onde hoje se concentra 22% do eleitorado do Rio, teve ao longo da história caciques com influência nacional. É o caso, por exemplo, de Tenório Cavalcanti, o "Homem da Capa Preta", líder carismático e violento que pontificou na Duque de Caxias de 1936, quando surgiu como opositor a Getúlio Vargas, até 1960, quando perdeu as eleições para o governo da Guanabara para Carlos Lacerda. Na política atual, Reis e Lisboa são os maiores líderes políticos da região, e o apoio dos dois foi decisivo para as vitórias de Jair Bolsonaro sobre Fernando Haddad em 2018 e Lula em 2022. De Tenório herdaram o estilo camaleônico que agora se traduz no apoio a Paes e os coloca em rota de colisão com o bolsonarismo no estado.

Embora Reis afirme apoiar Flávio Bolsonaro para a Presidência e Lisboa siga a posição de neutralidade do seu partido, a aliança com Paes já respinga positivamente em Lula, como atestam os *trackings* realizados pelo PT. "Na Baixada, o candidato a governador define tudo e, sobretudo no caso da família Reis, o eventual apoio a Flávio acaba sendo diluído no apoio a Paes, que, por sua vez, apoia Lula", diz um experiente político da Baixada. Outro ponto favorável a Lula, acrescenta a fonte, é a maior possibilidade de acesso aos eleitores. "Uma parte significativa dos territórios na Baixada está tomada pelas milícias, que foram hostis ao PT nas eleições anteriores. Ter essas forças políticas locais ao lado facilita esse acesso."

Entrada de Washington Reis e Rogério Lisboa na campanha de Paes enfraquece Flávio Bolsonaro e Ruas na região

Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Luiz Eduardo Motta afirma que este ano o apoio dos caciques locais será determinante para as eleições majoritárias, seja no governo estadual, seja na Presidência. "O voto clientelista predomina na Baixada Fluminense", diz. Nos 13 municípios que compõem a região, o apoio dos prefeitos ao candidato escolhido pelo governador é his-

Ines249

Cacique. Vice de Paes é irmã do ex-prefeito de Duque de Caxias, o maior colégio eleitoral da região

REDES SOCIAIS E BETO BARATA/PL

toricamente uma forte tendência, mas, desta vez, a renúncia de Cláudio Castro e o fracasso dos planos do PL de fazer Ruas chegar ao governo como presidente da Assembleia Legislativa mudaram as regras do jogo. "Como não temos um governador em ação política nesta eleição, Paes conseguiu mobilizar esses prefeitos em torno de si. Com isso, foi capaz de neutralizar o bolsonarismo, que contou com muito apoio dessa estrutura de poder em 2018, em meio àquela onda, e em 2022, com o amparo da máquina estatal liderada por Castro", explica.

Motta pontua que essa tendência não obedece a uma estrutura rígida do ponto de vista ideológico: "Houve eleições nas quais o discurso político que acentuava as contradições sociais ganhou na Baixada de forma absoluta, a exemplo de Leonel Brizola, em 1982 e 1990, para o governo estadual". O mesmo aconteceu com Lula em 2002 e 2006. "Em 2002, ele concorreu diretamente no primeiro turno com Anthony Garotinho, que acabara de deixar o governo com alta popularidade e era candidato pelo PSB. No segundo turno, Garotinho anunciou apoio a Lula e houve uma grande transferência de votos. O mesmo aconteceu em 2006, já com Sérgio Cabral, cujo apoio também resultou na vitória de Lula na região", lembra.

Carlos Ferreira, o Ferreirinha, é integrante da executiva estadual do PT, onde coordena a macrorregião da Baixada Fluminense. Ele revela que a estratégia do partido combina três dimensões: a formação de uma frente para ampliar o campo político, uma forte articulação territorial com parlamentares e lideranças locais e a organização da militância para fazer a campanha de Lula chegar a cada comunidade da Baixada. O dirigente reconhece que a entrada de Reis e Lisboa na campanha de Paes enfraquece Flávio e Ruas na região, mas afirma que "não está dado que Lula se beneficia muito com isso", uma vez que os dois caciques também não declararam apoio ao candidato petista.

Aposta do PT como puxador de votos do partido na Baixada, Celso Pansera afirma que Paes colocar uma integrante da família Reis como vice foi um inteligente contraponto a Ruas, já que o pai do candidato bolsonarista ao governo do Rio é Major Nélson, prefeito de São Gonçalo, segundo maior colégio eleitoral do estado. "Isso equilibrou as forças no Grande Rio e a entrada do ex-prefeito de Nova Iguaçu fortalece essa dimensão." Os territórios da Baixada, diz Pansera, têm características específicas. "A campanha é muito territorializada, muito de rua, com caminhadas, comícios e visitas às feiras populares. É uma campanha de chão de fábrica, e ter esses atores dentro dela é essencial para obter o apoio das máquinas eleitorais locais, que são muito fortes", destaca.

Paes tem mais a ganhar do que Lula com as alianças na Baixada, avalia Ricardo Ismael, cientista político e professor da PUC-Rio. "A candidatura de Lula não será automaticamente beneficiada, pois Reis declarou apoio a Flávio. Mas, a articulação de Paes visa impedir o avanço de Ruas na região e, se bem-sucedida, amplia suas chances na sucessão estadual." Candidato pela terceira vez após se eleger em 2014 e sair derrotado em 2018, Pansera afirma que, nos primeiros dias desta campanha, o ambiente é outro: "Está bem melhor. Ainda há alguns problemas de ameaças de violência, mas, no geral, acredito que as campanhas do nosso campo político serão bem melhores desta vez". A combinação da força de Lula com as alianças construídas por Paes, diz, tem tudo para dar caldo. "Agora Lula tem até a possibilidade de ganhar as eleições na Baixada", conclui. •

Ines249

Alhos e bugalhos

INSS Uma nova leva de vazamentos atinge o filho de Lula e o ex-chefe de gabinete Marco Aurélio Santana

POR FABÍOLA MENDONÇA

A campanha eleitoral está nas ruas, em todas as suas dimensões. Nos últimos dias, um intenso vazamento das investigações da Polícia Federal trouxe de volta aos holofotes Fábio Luís da Silva, o primogênito do presidente Lula, a amiga Roberta Luchsinger e o ex-chefe de gabinete do petista Marco Aurélio Santana Ribeiro, o Marcola. A série de mensagens deu a Flávio Bolsonaro a oportunidade para dizer que o "escândalo" chegou à antessala do presidente.

A defesa de "Lulinha" questiona não apenas o teor das mensagens, mas a forma como chegaram ao conhecimento público. Em nota, os advogados afirmam que vão solicitar ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal a apuração de um possível envolvimento de servidores públicos na divulgação de informações sigilosas. "Caso estejamos diante de mais um lamentável episódio de violação do dever de sigilo funcional – crime previsto no art. 325 do Código Penal –, o recorte seletivo e a divulgação parcial das referidas supostas mensagens revelam um abandono de qualquer pretensão de imparcialidade e de obediência às leis, deixando de lado a verdade ou o interesse público para buscar, por meio da exposição midiática, efeitos que a via processual legítima e adequada não permitiria", diz o texto, assinado pelos advogados Marco Aurélio de Carvalho e Guilherme Suguimori.

WhatsApp. Lulinha e Marcola: conversas distintas tratadas como se tivessem relação direta e inquestionável. As defesas reclamam dos vazamentos

O site Metrópoles publicou uma conversa na qual Fábio Luís teria orientado Roberta Luchsinger a emitir uma nota fiscal para realizar uma cobrança do empresário Cleber Ribas, dono da 3Structure It Ltda. Ribas é investigado pela PF no inquérito que apura corrupção e tráfico de influência e teria pago 150 mil reais a Luchsinger para "prospecção de clientes". Em outra conversa divulgada no mesmo site, o filho do presidente informa à amiga ter participado de reuniões com Marcola e o então secretário-executivo do Ministério da Saúde, Swedenberger Barbosa. O diálogo teria ocorrido em março de 2024, no segundo ano do atual governo. Em determinado momento, Luchsinger diz a "Lulinha" que o futuro de ambos seria a Suíça. O jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou que o relatório informa que Luchsinger mantinha conversas com interlocutores em prospecções de negócios afirmando ser uma representante do amigo. "Eles sabem o que eu sou. Eu sou o Fábio", teria dito.

Fábio Luís é alvo de três inquéritos no STF. Dois estão sob a relatoria do ministro André Mendonça, indicado ao Supremo por Jair Bolsonaro. O primeiro apura a suspeita de tráfico de influência em favor de Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do INSS", em negócios com o Ministério da Saúde relacionados à venda de medicamentos à base de canabidiol. O segundo investiga a suspeita de que o primogênito do presidente tenha repassado informações da Dataprev a um empresário interessado em fazer negócios com órgãos do governo. O terceiro inquérito, relatado pelo ministro Flávio Dino, apura uma

PAULO GIANDALIA/ESTADÃO CONTEÚDO E REDES SOCIAIS

suposta atuação de Fábio Luís na intermediação de interesses privados, desta vez em negócios de empresas parceiras do filho do presidente.

No caso de Marcola, a história ganhou novo capítulo com a divulgação de outra conversa com Luchsinger. Além da denúncia de que o ex-assessor teria recebido 217 mil reais da lobista, veio a público um diálogo a respeito da compra de joias no valor de 9,2 mil reais. Em 29 de abril de 2024, Marcola diz que vai tentar desenhar algo, "para facilitar". A empresária responde: "Ela vai mandar mais fotos / Peraí". O então assessor do presidente diz: "Ah tá bem, mas gostei dessas". Não fica claro nas mensagens, contudo, quais joias Marcola teria escolhido. Logo em seguida, Luchsinger afirma: "Ela sugeriu um brilhante. Vai mandar". A lobista, então, envia duas fotos: um par de solitários e um colar de diamantes. "Boa", agradece Marcola. A defesa do ex-chefe de gabinete sustenta que o repasse não passou de um empréstimo, posteriormente quitado com juros e correção, em um total de 249 mil. Em relação às joias, a explicação apresentada é que o valor da compra estaria incluído no montante emprestado. O advogado da lobista preferiu não se manifestar, sob alegação de que as investigações estão sob sigilo de Justiça. Informou apenas ter solicitado ao STF esclarecimentos sobre os vazamentos.

Na avaliação do cientista político Carlos André de Souza, pesquisador da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, da Bahia, os vazamentos têm uma clara intenção de atrapalhar a campanha de Lula. Há o receio de que os novos episódios respinguem na campanha. Na segunda-feira 17, o presidente nacional do PT, Edinho Silva, procurou estabelecer uma diferença entre a atual investigação e o tratamento dado a denúncias de corrupção durante o governo Bolsonaro. Segundo ele, no governo Lula, a Polícia Federal tem liberdade para investigar, inclusive quando as suspeitas atingem gente próxima do presidente, bem diferente de Bolsonaro, que chegou a dizer que demitiria quem fosse preciso, inclusive um ministro, para proteger sua família – o que de fato aconteceu, com a saída, à época, de Sergio Moro, então ministro da Justiça, por não ter afastado um delegado da PF que investigava denúncias de rachadinha no gabinete de Flávio Bolsonaro. "Lula já disse que as denúncias que envolvem Fábio e Marcola serão investigadas. Nós também apoiamos e queremos que as remessas de dinheiro feitas para fora do Brasil, quase 70 milhões de reais, onde há forte indícios de beneficiamento da família Bolsonaro, sejam investigadas."

O presidente garante: não haverá interferência no trabalho da Polícia Federal

Lula voltou a falar sobre as denúncias contra o filho. Em entrevistas recentes aos *podcasts As Cunhãs* e *Não Inviabilize*, o presidente afirmou que não pretende usar o cargo para proteger Fábio Luís. "Meu filho sabe o que eu passei na vida. Viu a mãe dele morrer por conta da Lava Jato. Ele sabe que não pode fazer nada errado. Jurou que não tem nada e eu acredito nele, mas já disse aos advogados: ninguém vai pedir o fechamento do processo do meu filho." •

Unha e carne. Luchsinger: "Eles sabem o que eu sou. Eu sou o Fábio"

Ines249

As adversidades do PT em Minas

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES Em 2026, o partido tenta reverter a rejeição na Grande BH e nos polos regionais

POR LEONARDO AVRITZER*

Minas Gerais é conhecido como o estado-síntese que expressa características de diversos outros. Isso ocorre devido à forte desigualdade entre o Sul e o Norte, mas também por sua geografia. Transição entre as regiões Sul e Nordeste do País, além de fazer fronteira com o Centro-Oeste, Minas tem regiões com fortes semelhanças com o Nordeste e o Centro-Oeste, além dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Enquanto estado-síntese, Minas tem expressado, desde as eleições de 2006, um fenômeno que merece ser discutido. Naquele ano, quando os candidatos à Presidência da República passaram a receber votos de maneira muito diferenciada regionalmente, os mineiros acabaram por acompanhar a lógica dos vitoriosos. O Partido dos Trabalhadores venceu em todas as eleições presidenciais entre 2006 e 2014 e voltou a vencer em 2022. Ainda assim, mudanças na demografia e na estrutura política estaduais merecem atenção para compreendermos o que está em jogo em 2026.

Embora o presidente Lula tenha vencido em Minas Gerais em 2022, é importante observar que o PT não ganha uma eleição presidencial na capital desde 2014 e na região metropolitana, desde 2018. Em 2022, Lula foi derrotado não apenas em Belo Horizonte, mas em Contagem, então governada pela legenda, além de outras cidades importantes do entorno, como Betim e Santa Luzia. Ganhou apenas em Ribeirão das Neves. Trata-se de um fenômeno mais amplo, uma vez que Lula não apenas foi derrotado nessas cidades, como também perdeu em oito dos dez principais municípios. Cabe perguntar, portanto, o que explica esse desempenho.

Historicamente, o padrão eleitoral do Partido dos Trabalhadores em Minas esteve baseado na combinação de, ao menos, três fenômenos. Primeiramente, o PT se fortaleceu rapidamente em Belo Horizonte e na região metropolitana durante sua primeira década de existência. O partido governou Belo Horizonte por 16 anos seguidos e Contagem em dois períodos distintos. Além disso, governou Betim. Em segundo lugar, a legenda construiu forte presença no Vale do Aço, chegando a governar simultaneamente as cidades mais importantes da região: Ipatinga, Coronel Fabriciano e João Monlevade. Em terceiro lugar, desenvolveu, ao longo dos anos 1990, uma forte estrutura eleitoral no Norte e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Patrus Ananias depende da proximidade com o presidente Lula, líder com folga no estado, segundo as recentes pesquisas

Quando observamos os mapas das eleições mais recentes, podemos perceber que o PT permaneceu forte ao longo do tempo apenas na região Norte e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Nas demais, sua inserção eleitoral apresentou grandes variações, com destaque para a perda da hegemonia experimentada pelo partido no Vale do Aço. Por outro lado, apresentou crescimento mais recentemente na Zona da Mata, onde governa Juiz de Fora. Uma das principais perguntas hoje será quem vencerá a disputa na região metropolitana de Belo Horizonte e nas principais cidades do estado.

Ao analisar a Grande BH, é possível identificar fenômenos distintos que vão determinar essa eleição. O Partido dos Trabalhadores foi derrotado em Belo Horizonte na eleição de 2014. Além disso, Jair Bolsonaro não apenas venceu na região metropolitana em 2018, como repetiu o feito em 2022. Mesmo com Contagem nas mãos do PT, Bolsonaro foi o candidato mais votado no município, vencendo por uma boa margem de votos. Assim, o bolsonarismo construiu uma forte inserção eleitoral na capital e entorno e nas principais cidades do estado.

As chances de o PT vencer as eleições em Minas Gerais estão diretamente relacionadas às mazelas da direita no estado. Nesse sentido, é preciso observar a capacidade de Cleitinho de continuar atraindo maiorias expressivas, tal como as últimas pesquisas de intenção de voto indicaram. Os vaivéns de sua candidatura,

Ines249

Ananias foi convocado de última hora

REDES SOCIAIS/PATRUS ANANIAS

quando deixou de ser candidato aos prantos para depois voltar a sê-lo, criaram uma situação de tensão entre ele e seu próprio partido, mas também entre ele e parcelas das bases partidárias de outras legendas. Em que medida o senador conseguirá manter seu desempenho parece a questão a ser observada nas próximas pesquisas.

No campo da esquerda, os problemas são de outra natureza. O primeiro deles é conseguir reverter uma certa rejeição ao PT que se consolidou em Belo Horizonte e acabou se estendendo a outras cidades antes governadas pela legenda, como Ipatinga, Governador Valadares e Uberlândia. Assim, além do desafio de se consolidar na capital, onde enfrenta a candidatura do também ex-prefeito Alexandre Kalil e de Gabriel Azevedo, ex-presidente da Câmara Municipal, Ananias terá a necessidade de reverter os desempenhos ruins das candidaturas do PT nos grandes municípios. Para isso, precisará contar com a associação entre sua candidatura e a do presidente Lula, que foi vitorioso em 2022 e, neste momento, apresenta uma vantagem de quase 20 pontos em relação a Flávio Bolsonaro na maioria das pesquisas.

Para que Ananias e o PT aumentem suas possibilidades de ir ao segundo turno precisarão mostrar ao eleitorado belo-horizontino e mineiro que a principal alternativa à esquerda é o PT, não o ex-prefeito Alexandre Kalil, que hoje sustenta uma candidatura solo, sem vinculação nacional, uma vez que seu partido, o PDT, apoia o presidente Lula. Kalil não foi bem no primeiro debate entre os candidatos, se mostrando irritado e mal preparado. Mas Ananias, ao deixar de comparecer, não esteve entre aqueles que se beneficiaram do despreparo do ex-prefeito. Neste momento, depois das idas e vindas dos diferentes candidatos, a eleição em Minas não parece ter um favorito neste início da campanha eleitoral. •

**Cientista político, professor titular aposentado da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenador do Observatório das Eleições. O Observatório das Eleições tem o objetivo de monitorar grandes questões e elementos relativos às eleições, de modo mais geral, e aos processos eleitorais especificamente. A iniciativa contempla destacada produção acadêmica e jornalística desde 2018, tendo tido diversos parceiros, tanto no campo do financiamento quanto no campo da divulgação.*

Ines249

Esquema de milhões

DANO AO ERÁRIO Minas Gerais tem investigação de desvio de verba por meio da Lei de Incentivo ao Esporte

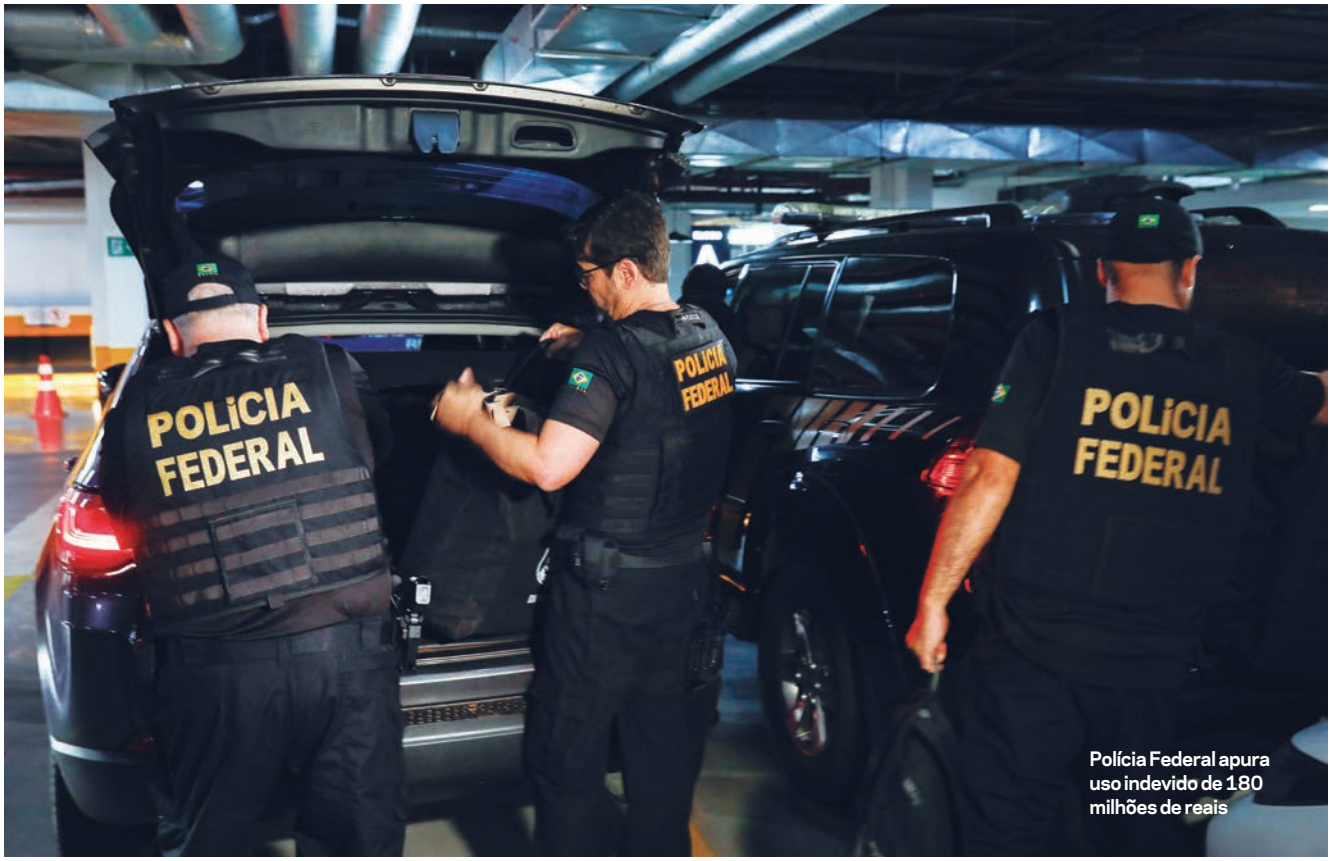
A Controladoria-Geral de Minas Gerais investiga suspeitas de irregularidades na Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) do estado, depois de identificar transações financeiras entre o ex-subsecretário de Esportes Tomás Tavares Perdigão Mendes e o empresário Kellyson Salgado Gomes, que foi coordenador-geral da LIE do Ministério do Esporte no apagar das luzes do governo de Michel Temer. Investigado pela Polícia Federal na Operação Fair Play como operador de um esquema que desviou 180 milhões de reais por meio de quatro empresas, Gomes já captou 10,9 milhões de reais em Minas.

Em abril de 2025, às vésperas de prestar depoimento para a PF, Mendes foi exonerado da subsecretaria, mas foi reconduzido ao cargo pelo governador Romeu Zema (Novo), depois de uma onda de reclamações e pressão de deputados. Em depoimento à Procuradoria, Mendes disse não se lembrar do motivo das transferências realizadas entre 2018 e 2020. Já em entrevista a *CartaCapital*, o ex-secretário afirmou que as transações foram motivadas pela realização de eventos e de projetos privados, sem qualquer relação com as leis de incentivo. A Polícia Federal, porém, aponta outras conexões entre os dois. Como, por exemplo, o fato de Mendes constar como sócio de duas empresas usadas para emitir notas fiscais por serviços não realizados – a TM Sports e a LZP, essa última, inclusive, a investigação informa pertencer efetivamente a Gomes. A TM Sports foi registrada por Mendes em 14 de janeiro de 2016. Onze dias depois foi a vez de Gomes registrar a KSG Sports, também usando suas iniciais para batizar o projeto. As quatro empresas de Gomes trocavam funcionários entre si com frequência e ocupavam o mesmo endereço no centro de Belo Horizonte – compartilhado também com falsos fornecedores usados no esquema. Até os patrocinadores eram compartilhados: a Cemig, controlada pelo governo de Minas, colocou dinheiro em eventos das quatro entidades. Nas redes sociais, além do mesmo padrão gráfico, todas postavam imagens de pequenos grupos de crianças e adolescentes em atividades que custaram até centenas de milhares de reais.

Depois de deixar o Ministério do Esporte, Gomes criou a empresa Rede Incentive, essa reconhecida por ele, que prestava serviços na elaboração de projetos para captar dinheiro via LIE nacional e estadual. Em ambos os casos, as empresas que contratam seus serviços são recordistas em aprovações de projetos. Foi na condição de empresário do ramo que foi convidado várias vezes pelo deputado estadual Coronel Henrique (PL) para discursar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para criticar o baixo valor disponível para o incentivo ao esporte em Minas. Nos debates e falas aos parlamentares Gomes era constantemente acompanhado por Mendes. Antes da subsecretaria, Mendes atuou no gabinete do militar de 2020 a 2023. Segundo ele, foi justamente para assumir o cargo na Assembleia Legislativa que ele deixou a sociedade com Gomes na LPZ. Coube ao Coronel apresentar o projeto que resultaria na Lei 24.987/24, que aumentou o porcentual de arrecadação do Estado que pode ser destinado ao programa. A verba subiu de 26,5 milhões de reais, em 2023, para 96 milhões de reais, em 2026.

Lei de deputado militar do PL fez recurso para LIE subir de 26,5 milhões de reais para 96 milhões de reais

Ines249



Polícia Federal apura uso indevido de 180 milhões de reais

SERGIO LIMA/AFP E REDES SOCIAIS

Mendes foi exonerado da subsecretaria no dia 15 de julho, dois dias depois de o deputado Professor Cleiton (PV) ter anunciado, durante uma reunião da Comissão de Cultura, que iria protocolar uma série de requerimentos para investigar a corrupção no órgão. Cleiton conta que havia um forte *lobby* para abafar as investigações, e que a pressão era tamanha que os próprios funcionários denunciaram a situação. Ele destaca ainda que, dos 21 projetos auditados, nove foram aprovados pelo próprio subsecretário. "A Controladoria-Geral do Estado e a PF apuraram que existe a transferência de valores entre Gomes, que supostamente lesou o Erário, em conluio com o ex-subsecretário de Esportes", afirmou. O deputado também acusou Mendes de receber empresários fora do horário de atendimento para organizar a distribuição das verbas de incentivo.

O ex-subsecretário afirma que, durante sua gestão, os projetos seguiram os ritos normais de aprovação, captação e início de execução. "A minha chegada contribuiu para a melhora e evolução das fases da lei e dos editais. Eu trouxe a minha experiência de vivência como proponente. A própria equipe técnica reconheceu isso em diversos momentos." Ele também diz que a aprovação das contas dos projetos é feita por um comitê, não por uma pessoa. Já a Cemig informou que os patrocínios foram realizados após um processo regular de seleção de projetos, em conformidade com a legislação, e que, ao tomar conhecimento da operação da PF, em setembro de 2024, identificou as entidades e suspendeu imediatamente novos aportes. O governo de Minas alegou que a exoneração de Mendes "fez parte de um processo natural de reestruturação administrativa da secretaria, com o objetivo de fortalecer a gestão e aprimorar a atuação da pasta", e que as investigações "são de competência dos órgãos responsáveis pela condução das averiguações". Gomes e Coronel Henrique se negaram a falar com a reportagem. Sobre o risco de que o governo de Minas tente abafar o caso ou que o período eleitoral acabe por soterrar o tema, o esporte em Minas segue sendo sucateado, enquanto as verbas jorram para poucos. •

– por Felipe Castanheira

Ines249

Olho por olho?

TARIFAÇO O Brasil ameaça adotar a reciprocidade, mas o governo promete consultar os empresários antes de agir

POR CARLOS DRUMMOND

Ines249

Nos primeiros 13 dias de agosto, os investidores estrangeiros retiraram 15,6 bilhões de reais da Bolsa de Valores brasileira, clara realização de lucros

A adoção, pelo governo, de reciprocidade ante a escalada do tarifaço dos Estados Unidos e o recurso à Organização Mundial do Comércio para contestar a legalidade das tarifas de 12,5% e 25% impostas pelo governo de Donald Trump a produtos do Brasil são corretos do ponto de vista político, diante das limitações das reações restritas às negociações, apontam especialistas. A principal evidência de acerto da nova tática foi o pedido formal da China na OMC para participar das consultas iniciadas pelo Brasil, um indicativo de que a reação brasileira não está geopoliticamente isolada. Empresários receiam os efeitos da reciprocidade, mas o ministro da Fazenda, Dario Durigan, assegura que as ações serão analisadas caso a caso e o governo ouvirá setores e empresas antes de decidir.

Segundo o economista Bruno De Conti, professor do Instituto de Economia da Unicamp, o movimento dos Estados Unidos é um ataque explícito ao governo Lula e parte de um esforço para eleger Flávio Bolsonaro. Trata-se, portanto, de uma agressão à soberania nacional, a exigir respostas à altura. "É evidente que, neste momento de tensões geopolíticas exacerbadas, o Brasil não deve entrar em disputas desnecessárias. Mas, neste caso, o governo não pode receber o golpe sem reagir", sublinha. Tanto a ação inicial, por parte dos EUA, quanto a reação, pelo lado brasileiro, são sobretudo políticas. Há, claro, consequências econômicas e o governo brasileiro terá de adotar medidas para atenuar seus efeitos. O mais importante no momento, ressalta o economista, é, no entanto, impedir que Trump dê sequência às intervenções que tem feito de forma escancarada na América Latina para colocar na presidência governos submissos. "A guerra não é por mais ou menos impostos: é uma guerra pelo futuro de um país que tenta ser soberano", dispara o professor da Unicamp.

A disputa não é por mais ou menos impostos, mas pela soberania

Em julho, o governo recusou visto para dois funcionários dos EUA por risco de interferência nas eleições brasileiras. Segundo o Datafolha, 52% acreditam que Trump busca apoiar Flávio Bolsonaro com o tarifaço. A acusação do governo dos EUA de triangulação brasileira para burlar tarifas sobre produtos chineses e a preparação de novas ameaças ao ministro do STF Alexandre de Moraes fazem parte da mesma jogada.

Lances. A China de Xi Jinping se alia ao Brasil na OMC. Durigan, ministro da Fazenda, promete diálogo setorial

O economista Pedro Garrido, consultor parlamentar da Câmara Federal, considera que a postura dos EUA tem sido de elevada hostilidade contra o Brasil e se coaduna com a Estratégia de Segurança Nacional recente do país, destinada a garantir o domínio sobre o hemisfério e a política de reindustrialização e favorecimento de empresas norte-americanas, a começar pelas *big techs*, grandes aliadas do republicano. "As medidas de coerção econômica utilizadas, como a Seção 122 da Lei de Comércio de 1974 e a Seção 301 dessa legislação, a última usada especificamente em investigação contra o Brasil, visam exercer pressão com o intuito de modificar políticas internas e buscar vantagens econômicas para os EUA, em comércio de bens e serviços, propriedade intelectual e investimentos, sem correspondente abertura econômica, como foi o caso dos acordos desiguais feitos com a União Europeia e o Japão", avalia Garrido.

A China mostrou, por seu lado, uma estratégia de adotar reciprocidade a cada medida tarifária ou não tarifária, fazendo com que os EUA recuassem em grande parte das ações anunciadas, mas a segunda economia mundial tem maior poder econômico para tanto. No caso brasileiro, ressalta o economista, embora o comércio bilateral com os Estados Unidos seja bem menos expressivo para o último, a utilização pelo Poder Executivo da Lei de Reciprocidade Econômica, de iniciativa parlamentar, alinhada ao aprofundamento de medidas do Pla-

SERGEI BOBYLYOV/AFP, WASHINGTON COSTA/MINISTÉRIO DA FAZENDA E ISTOCKPHOTO

ECONOMIA

no Brasil Soberano e da política industrial atual, pode mostrar que o País não vai abrir mão de suas políticas internas e está disposto a utilizar mecanismos para substituir exportações e, em especial, importações e investimentos, diante de um parceiro econômico hostil.

No ambiente de coerção econômica e política da escalada crescente do governo dos EUA, o Brasil se deu conta de que não há hoje muito espaço para a utilização dos velhos trilhos institucionais de solução de controvérsias para as disputas com os Estados Unidos e empresas estadunidenses, aponta Dawisson Belém Lopes, professor de Política Internacional e Comparada da Universidade Federal de Minas Gerais. "O que se vê emergir é um mecanismo de confrontação direta e que opera segundo a lógica do olho por olho e dente por dente. Nesse espírito, a reciprocidade, objeto de lei recente, parece adequada a esse mundo novo, que emerge diante dos nossos olhos."

O Brasil, tudo indica, tem pouca margem institucional e, diante dessa constatação, o que resta são os instrumentos de pressão bilateral que começam a ser utilizados. "Para a perplexidade de quem estuda a história da política externa brasileira, nós temos nos

Multilateralismo. A consulta à OMC é pró-forma. Os BRICS, ao contrário, avançam na substituição do dólar

posicionado de maneira inédita. O Brasil começa a prescindir da postura tradicional, não completamente, porque continua sendo um país institucionalista, que segue com compromissos com as organizações e o direito internacionais", sublinha o professor. Ao mesmo tempo, prossegue Lopes, o País joga o jogo num outro tabuleiro, da retaliação, da reciprocidade e das fórmulas para tentar atingir os Estados Unidos e contrabalançar as relações, dado que Washington tomou a iniciativa de lesar o Brasil, ou de nos impor danos por meio da majoração de tarifas, sobretudo.

A entrada da China na OMC "é importantíssima como movimento político", destaca De Conti. Os efeitos práticos serão muito grandes, pois a organização está esvaziada "por culpa dos Estados Unidos", que construíram a multilateralidade do pós-Guerra e agora, quando ela não serve mais aos seus interesses, "jogam tudo fora". A importância está em mostrar o alinhamento dos países do Sul Global. "China e Brasil não são países menores, então isso gera desconforto."

"O que se vê emergir é um mecanismo de confrontação direta", afirma Dawisson Belém Lopes, especialista em Política Internacional

O pedido formal da China tem peso político, reforça Garrido, mas o problema é a inoperância da OMC, cujo órgão de apelação está totalmente paralisado desde 2019 e tinha sido anteriormente desfalcado por administrações dos

Ines249

GOVERNO DA AFRICA DO SUL E ISTOCKPHOTO

EUA para impedir nomeações de integrantes e impossibilitar a aplicação de medidas de solução de controvérsias no âmbito da organização.

Uma associação do Brasil com a China no âmbito do organismo multilateral tem pouco peso prático, mas, claro, pesa, mostra alinhamentos, ideologias, visões de mundo dos atores, sublinha Lopes. "Esse enfrentamento mediado por regras na OMC, quando nada, serve para indicar os campos de força, as preferências dos atores. Eu acho que a importância está nos símbolos", ressalta o professor.

Outra frente de iniciativas econômicas e políticas diante do assédio estadunidense é a participação no BRICS, que neste mês avançou rumo à criação de um sistema de pagamentos independente entre os países do bloco até 2030. De Conti considera "superimportantes" as ações para tentar reduzir a dependência do dólar. "Os Estados Unidos estão reagindo às iniciativas de desdolarização e farão isso com mais violência no futuro, que é, portanto, muito incerto", frisa o economista. Essas transformações, afirma De Conti, ocorrem em um contexto de digitalização das moedas. A China trabalha com outros países no M-Bridge, uma ponte para a troca direta de moedas nacionais sem depender do dólar.

Garrido considera central a articulação entre os países do BRICS para a evolução independente das maiores economias em desenvolvimento, pois o grupo, recentemente expandido e com espaço para ampliação, permite integração com soberania de países que pretendem seguir estratégias nacionais próprias. A busca por um sistema de pagamentos integrado, as transações em moedas locais e até um mecanismo parecido com o Pix no chamado BRICS Pay, junto ao Novo Banco de Desenvolvimento, "são iniciativas que podem melhorar a inserção internacional dos países e reduzir efetivamente a necessidade de dólares para transações e financiamentos". •

Ines249

Menino rebelde

MEIO AMBIENTE Só pioram as projeções das perdas econômicas com El Niño

POR ALLAN RAVAGNANI

O Rio Negro, que banha Manaus, tende a voltar a baixar o nível das águas em setembro. A previsão da empresa i4sea aponta cota entre 16 e 17 metros no fim do mês, patamar semelhante àqueles das secas de 2023 e 2024, quando embarcações pararam e a indústria da região perdeu 1,4 bilhão de reais. O aviso chega no mesmo momento de outro, vindo do Pacífico. Modelos da agência norte-americana NOAA dão 97% de chance de o fenômeno El Niño permanecer ativo até o início de 2027, com risco de atingir intensidade "muito forte" no segundo semestre deste ano.

O fenômeno altera a temperatura da superfície do Oceano Pacífico Equatorial e, a partir daí, redesenha padrões de chuva em boa parte do planeta. No Brasil, a combinação costuma produzir seca no Norte, calor mais intenso no Centro-Oeste e no Sudeste e chuva em excesso no Sul. A física Alice Grimm, professora da Universidade Federal do Paraná e uma das cientistas mais citadas no mundo em oscilações climáticas, dedica a carreira a mapear esses efeitos desde que a própria família perdeu, em Santa Catarina, parte da casa durante uma enchente. Para ela, o desafio não está apenas em prever o fenômeno, mas em transformar o conhecimento em decisão pública rápida e eficaz.

O ponto onde a distância entre previsão e resposta mais pesa é na Amazônia. A navegação fluvial é o principal corredor de abastecimento da região, e a queda do nível dos rios empurra a carga para modais bem mais caros. Segundo o oceanógrafo Mateus Lima, quando o calado (profundidade que o casco do navio ocupa abaixo da linha d'água) diminui, o frete sobe, e o efeito se espalha por estoques, contratos e preços ao consumidor. A rede Japurá Pneus, presente em toda a Amazônia Legal, sentiu os efeitos em 2023. Segundo a diretora de operações, Helena Monteconrado, o estoque da empresa precisa estar completo até meados de setembro, porque, depois disso, se o rio baixar as águas, o caminhão simplesmente não chega.

O impacto se propaga pela mesa do brasileiro. O *Relatório Focus* do Banco Central, que consultou quase cem economistas, estimou acréscimo de 0,3 ponto porcentual à inflação de 2026 e 0,4 ponto em 2027, puxado justamente pelos alimentos. Os números parecem discretos numa planilha de política monetária, mas se traduzem em decisões concretas em casa, no que entra e no que sai do carrinho de compras ao longo do ano. Pela ponta do comércio, o mesmo movimento aparece na leitura da Confederação Nacional de Jovens Empresários. Segundo o presidente da entidade, Fábio Saraiva, quebras de produção e custos logísticos maiores tendem a chegar às gôndolas dos supermercados, ainda que o consumidor não perceba a origem climática do reajuste. A recomendação da confederação a produtores e pequenos empresários passa por revisar fluxo de caixa, reduzir desperdícios e buscar linhas de crédito antes que o aperto se instale, um roteiro que soa preventivo, mas expõe o quanto o setor produtivo brasileiro segue dependente de reação, não de planejamento de longo prazo diante de um fenômeno cíclico e conhecido.

Seca na Amazônia, chuva no Sul, calor mais intenso no Centro-Oeste e Sudeste. Os efeitos variam por região

Frutas e hortaliças, os itens mais sensíveis a oscilações de temperatura e chuva, recebem atenção redobrada da Companhia Nacional de Abastecimento. Historicamente, esses produtos reagem mais rapidamente a choques climáticos do que grãos armazenáveis, pois dependem de colheitas contínuas e de cadeias curtas de distribuição. Uma quebra de poucas semanas aparece na etiqueta da feira, antes mesmo de qualquer indicador oficial capturar o movimento com precisão.

No campo, o efeito não é uniforme. Estiagem e calor pressionam soja, milho e café no Centro-Oeste e no Norte, elevam o estresse térmico dos rebanhos e reduzem pastagens. No Sul, o risco se inverte, com excesso de chuva sobre os plantios de arroz e trigo e elevação dos riscos de enchentes e deslizamentos. Essa geografia distinta importa porque a perda em uma região nem sempre é compensada por ganho em outra, o que tende a reduzir a oferta agregada de itens básicos justamente no momento em que a demanda por crédito e capital de giro cresce entre produtores e pequenos empresários.

ALEX PAZUELLO/PREFEITURA DE MANAUS E GUSTAVO VARA/PREFEITURA DE PELOTAS

Ines249

Contraste. A i4sea espera uma baixa brusca do nível das águas nos rios amazônicos a partir de setembro. As enchentes no Sul afetam as colheitas de arroz e trigo

A renda rural entra nessa conta com um peso que raramente aparece nos boletins de inflação. Uma safra menor pressiona o preço de prateleira e encolhe a circulação de dinheiro em municípios agrícolas, o volume de contratação temporária na colheita e a arrecadação de prefeituras. O efeito social do El Niño corre em duas direções ao mesmo tempo, encarece os alimentos para quem compra e reduz a renda de quem produz, uma tesoura que aperta as duas pontas da cadeia num intervalo de poucos meses.

Há ainda o componente do crédito. Produtores que enfrentam quebra de safra costumam recorrer a financiamento para cobrir insumos do ciclo seguinte, e um ano de estiagem ou de chuva excessiva tende a elevar a inadimplência em linhas rurais, pressionando bancos públicos e cooperativas que sustentam boa parte do financiamento agrícola no País. O ciclo se fecha quando esse custo adicional de crédito é repassado, de novo, ao preço dos alimentos, reforçando a espiral que começou nas águas aquecidas do Pacífico.

A diferença em relação aos ciclos anteriores está na antecedência do aviso. Plataformas de monitoramento hidrológico indicam restrições de navegabilidade com até 90 dias de antecipação, e os modelos climáticos globais convergem para o mesmo cenário desde meados deste ano. Ainda assim, a distância entre saber que o rio vai baixar e ter estrutura para amortecer o efeito sobre preço e renda permanece a mesma de 2023. O aviso mudou, a resposta ainda está para ser testada.

Se as projeções se confirmarem, o segundo semestre de 2026 deve funcionar como um retrato ampliado do que a Amazônia e o comércio de alimentos brasileiro conhecem de perto, o clima chegando primeiro pelos rios e pela lavoura, depois pela prateleira e pelo bolso de quem compra o próprio alimento todos os dias. •

Ines249

Pinta lá em casa – As vendas de tintas imobiliárias no Brasil cresceram 8,9% no primeiro semestre, segundo a associação brasileira dos fabricantes. Foram comercializados 728,5 milhões de litros. O Nordeste liderou a expansão, com alta de 11,7%, seguido pelo Sudeste, com 11,3%. Norte e Centro-Oeste também avançaram, enquanto o Sul registrou leve queda de 0,3%. As tintas *standard* voltaram a superar as *premium* em vendas, o que pode indicar um movimento de compra pela classe C interessada em pequenas manutenções.

"O mundo só será bom no dia que todo o dinheiro acabar, mas que não me falte nenhum enquanto isso não acontece"

—

ATRIBUIDA A TIM MAIA

PILAR VELLOSO, ISTOCKPHOTO E REDES SOCIAIS

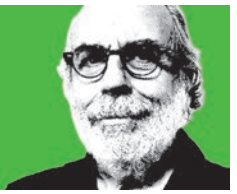
Canetas genéricas

A EMS, líder do mercado farmacêutico no Brasil, recebeu autorização da Anvisa para comercializar uma versão genérica de semaglutida. A nova caneta emagrecedora será vendida com uma formulação de semaglutida sintética. Produzida em laboratório por síntese química, ela reproduz a molécula e a ação terapêutica da substância usada no tratamento do diabetes tipo 2 e da obesidade, sem ser extraída de fonte biológica.

A Anvisa também autorizou a comercialização do Semaclique, da Germed, enquadrado como medicamento similar. Diferentemente do genérico, o similar é vendido com marca própria, embora tenha o mesmo princípio ativo, concentração, indicação e comprovação de qualidade e equivalência exigidas pela agência. Os dois lançamentos devem pressionar ainda mais os preços das marcas líderes e popularizar a indicação das canetas emagrecedoras.

Ines249

Adalberto Viviani
Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo



DE RECUPERAÇÃO

A Casas Bahia busca um plano B para superar sua crise. A empresa pediu recuperação judicial, fechou lojas e demitiu milhares de trabalhadores. A dívida supera 17 bilhões de reais. Apenas no segundo trimestre deste ano, o prejuízo chegou a 10 bilhões de reais. As razões da queda de uma das gigantes do varejo? Há anos a empresa busca uma operação digital eficiente para enfrentar os *marketplaces*. Não conseguiu. Somem-se a isso as restrições de crédito, os custos da operação física e a dificuldade em conseguir empréstimos.

EFEITO COLATERAL

O efeito colateral da situação da Casas Bahia, incrementado pelo pedido de recuperação judicial da Marabraz e as crises da Tok&Stok e da Mobly, é preocupante. Essas empresas são muito importantes na venda de eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e outras categorias. Marcas com muita exposição, devido ao volume de negócios, podem enfrentar problemas e riscos de crédito. Os próximos meses vão determinar o tamanho do impacto real do problema que atinge o varejo e leva junto os fabricantes.

40

MILHÕES DE DÓLARES
Foi o valor do lance que arrematou o primeiro veículo 100% elétrico da marca Ferrari. O leilão foi realizado pela RM Sotheby's, na Califórnia. O valor é recorde para um carro novo em leilão.

FUTURO BRILHANTE

A China recorre à IA para iluminar plantas

Que a China avança a cada dia em tecnologias diferenciadas todos sabem. Mas agora o país, definitivamente, está plantando para o futuro. Uma estufa de 7 mil metros quadrados será inaugurada em Pequim para produzir plantas ornamentais que brilham no escuro. O espaço, no Parque Dongsheng Bajia, também está sendo preparado para receber visitantes e turistas. A tecnologia da Magicpen Biotechnology usa IA para aprimorar o desenho genético e o metabolismo das plantas, hoje disponíveis em mais de dez variedades, como petúnias, tabaco e álamo.

A empresa usa tecnologia própria para ampliar a intensidade da luz, criar cores diferentes e elevar a resistência ao frio e à seca. Para reduzir riscos ambientais, utiliza espécies estéreis ou de baixo pólen, restringe os genes luminosos a folhas, caules e flores e trata termicamente todos os resíduos. A meta é que, em cinco anos, as plantas complementem a iluminação de parques e caminhos, reduzindo o uso de eletricidade.

Ines249

Efeito Selic

ANÁLISE A relação entre política monetária e o crescimento da dívida pública no Brasil

POR EMILIO CHERNAVSKY*

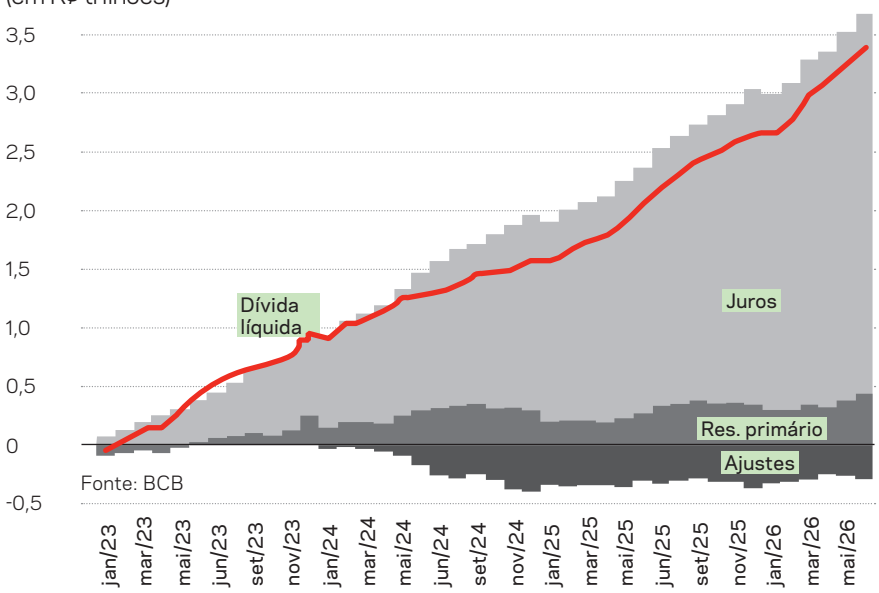
A dívida pública brasileira tem crescido nos últimos anos e, no caso da dívida bruta, passou de 71,7% do PIB no fim de 2022 para 81,9% em junho último. Esse porcentual se situa pouco acima da média registrada nas economias emergentes e em desenvolvimento (74% no fim de 2025), mas segue muito abaixo da média nas economias desenvolvidas (108%). Além disso, a dívida brasileira possui duas características especialmente benignas: mais de 96% de seu total é denominado em reais, emitidos pelo próprio governo, e menos de 10% é detido por investidores externos, o que tende a facilitar o seu financiamento. Isso não significa, todavia, que o crescimento acelerado deva ser ignorado. Ao contrário, medidas devem ser tomadas para contê-lo. Mas, para elaborá-las, é preciso partir de um diagnóstico correto da situação.

Esse não é o caso daquele apresentado pelos analistas consultados com maior frequência pelos meios de comunicação, que atribui o crescimento da dívida a um suposto descontrole dos gastos do governo, que, simplesmente, não existe. Com efeito, após crescer de forma expressiva em 2023, para honrar dívidas não pagas pela administração anterior e para recompor o orçamento de políticas públicas essenciais severamente desestruturadas, os gastos primários cresceram, em termos reais, apenas 2,7% no biênio seguinte. Isso, combinado à expansão das receitas e ao crescimento da economia, levou o déficit primário do setor público a despencar de 2,28% do PIB, em 2023, para apenas 0,43% em 2025, número quase seis vezes menor que o da média das economias emergentes e em desenvolvimento nesse ano, e quase dez vezes menor que o da média das economias desenvolvidas.

Não surpreende, portanto, que, ao contrário do que é afirmado pela narrativa dominante, o déficit primário, alimentado pelos gastos do governo, não seja o principal responsável pelo aumento da dívida pública. Esse papel é, inquestionavelmente, ocupado pelo pagamento de juros, que respondeu por quase 90% do incremento acumulado da dívida desde 2023 e que, em 2025, chegou a 7,91% do PIB, 18,4 vezes mais que o déficit primário então registrado.

Não sendo possível, diante dessa evidência, atribuir de forma direta o crescimento da dívida pública ao excesso de gastos primários, o diagnóstico dominante procura estabelecer essa relação de forma indireta. Para isso, atribui o nível extraordinariamente elevado da taxa de juros que remunera os títulos da dívida pública, que alimenta seu crescimento, à elevação

FATORES CONDICIONANTES DA DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(em R$ trilhões)



Ines249

da percepção de risco de inadimplência provocada pelo aumento dos gastos. Ou seja, os juros aumentariam porque, para financiar uma dívida cada vez mais arriscada, os investidores exigiriam taxas de juro também cada vez mais altas. Essa explicação, contudo, não encontra respaldo nos dados recentes. Ao contrário do que ela pressupõe, o risco associado à dívida pública brasileira, em vez de aumentar, tem caído. Um dos indicadores mais utilizados para medi-lo, o Credit Default Swap, encontra-se hoje em seu menor nível desde a pandemia. Entre dezembro de 2024 e meados de 2026, o risco assim medido diminuiu em quase 50%.

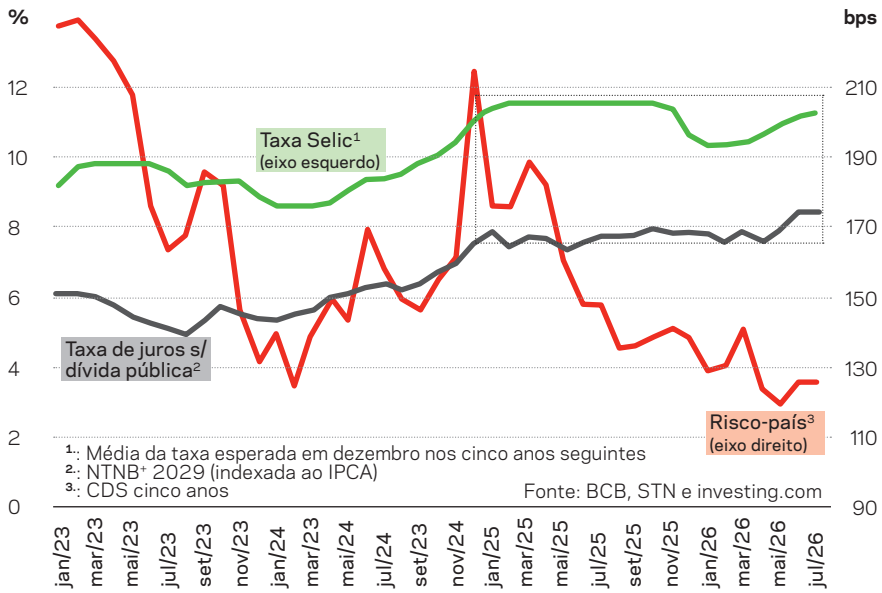
A despeito dessa queda no risco, as taxas de juro incidentes sobre a dívida pública continuam praticamente no mesmo patamar de um ano e meio atrás. A explicação está em que, embora mudanças na percepção de risco de fato provoquem oscilações nessas taxas, e que em especial em momentos de maior estresse financeiro elas possam elevar seu patamar, na maior parte do tempo, muito mais que do risco, esse patamar depende da evolução da taxa Selic, ou, mais precisamente, de sua trajetória esperada ao longo do período de vigência de cada título de dívida. No período recente, enquanto o risco diminuía, a taxa de juros sobre a dívida pública e a taxa Selic esperada pouco se alteraram.

Os gastos primários não têm sido, portanto, os principais responsáveis pelo crescimento da dívida nem de forma direta, por meio do déficit primário, nem indireta, por meio seu impacto sobre o risco e, com isso, sobre as taxas de juro incidentes sobre a dívida pública e o volume de juros pago. Aquele crescimento é explicado fundamentalmente pela evolução da taxa Selic, utilizada pelo Banco Central como instrumento central, se não único, para controlar a inflação. Os gastos primários, como um dos componentes da demanda agregada, influenciam essa taxa. Contudo, dados os déficits primários decrescentes, não são eles seus principais determinantes, mas os parâmetros, em particular a meta de inflação, e a institucionalidade que rege a operação da política monetária na persecução dessa meta. É em sua revisão que devem se concentrar os esforços para reduzir o crescimento da dívida pública.

Quase 90% do crescimento da dívida está relacionado aos juros e não à suposta gastança desenfreada do governo

Evidentemente, isso não significa que as regras que disciplinam a execução de gastos primários não devam ser continuamente aperfeiçoadas, nem que os mecanismos de controle para elevar a eficiência e a eficácia da administração pública e das políticas governamentais não precisem ser fortalecidos. É necessário ter clareza, porém, que esses esforços, por mais importantes que sejam, não serão capazes, por si sós, de conter a expansão acelerada da dívida pública. Sem uma mudança na condução da política monetária que permita uma queda consistente das taxas de juro e, com isso, do custo de financiamento da dívida, eles se limitarão a enxugar gelo. •

TAXA SELIC, TAXA DE JUROS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA E RISCO-PAÍS



1.: Média da taxa esperada em dezembro nos cinco anos seguintes
2.: NTNB+ 2029 (indexada ao IPCA)
3.: CDS cinco anos

Fonte: BCB, STN e investing.com

**Doutor em Economia pela USP e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.*

Ines249

A era do obscurantismo

GEOPOLÍTICA As mudanças globais estimulam o racismo e a beligerância ocidentais. O Brasil precisa se reposicionar

POR PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.*

No livro *The West and the Rest*, o historiador Niall Ferguson definiu os lados da peleja. No resto, vive 84% da população global

ZACK D. ROBERTS/NURPHOTO/AFP E ANDREW PARSONS

Supremacia. Nos EUA, assim como na Europa, viceja a teoria de povos "superiores" cujo destino manifesto é colonizar a grande massa amorfa

Atravessamos a mais perigosa situação geopolítica desde a Segunda Guerra Mundial. O brasileiro, que adora iludir-se, precisa abrir os olhos urgentemente. Quais são as características marcantes desta fase, cujo início remonta à primeira ou segunda década do século XXI? Creio que podemos destacar quatro pontos, dos quais já tratei em artigos e entrevistas anteriores:

1. A ascensão e consolidação de um mundo multipolar.
2. O declínio relativo do Ocidente, acelerado por escolhas estratégicas altamente problemáticas dos Estados Unidos, que abriram uma guerra de três frentes, simultaneamente contra a Rússia, a China e o Irã. A isso se acrescentou, desde 2025, uma hostilidade surpreendente para com aliados tradicionais, resultando em fragmentação inédita do bloco ocidental.
3. A relutância, mais que isso, a recusa terminante do Ocidente de aceitar seu declínio relativo, a ponto de estar disposto a violar todos os princípios, contratos e regras, além de praticar abertamente toda a sorte de violência e pirataria. Os Estados Unidos e aliados mostram-se prontos, como vemos, a realizar operações militares e até mesmo ir à guerra na tentativa de preservar e talvez reverter seu domínio decadente.
4. Apesar do declínio, o Ocidente, em especial a superpotência Estados Unidos, não devem ser subestimados, pois podem fazer – e fazem – grandes estragos *urbi et orbi*.

Os brancos do Ocidente se rebelam. Os não brancos do Sul Global rejeitam a submissão

A intensificação do racismo e suas implicações geopolíticas

Tudo isso é (ou deveria ser) bastante conhecido em suas linhas gerais. Menos reconhecidos são os fatores raciais presentes nessa tensa situação geopolítica. Nem sempre se leva na devida conta a existência de um racismo disseminado, arraigado, de natureza estrutural, que acrescenta uma conotação especialmente perversa ao quadro geopolítico.

O mundo pode ser dividido para certos propósitos em duas partes: o Ocidente coletivo e o Sul Global. O Ocidente coletivo costuma ser definido como os países de alta renda liderados pelos Estados Unidos. Inclui Canadá, União Europeia, Reino Unido, Austrália, Israel, Japão, Coreia do Sul e alguns outros de alta renda. O Sul Global é normalmente entendido como correspondendo ao resto do mundo, isto é, os emergentes ou reemergentes e em desenvolvimento da Eurásia, Ásia, África e América Latina. O que temos é *The West and the Rest*, título pertinente de um livro de Niall Ferguson. O Ocidente se vê pressionado pela ascensão do resto, onde vive nada menos que 84% da humanidade.

Ponto central: aproximadamente, três quartos da população que reside no Ocidente são brancos – com as minorias não brancas funcionando principalmente como trabalhadores de baixa qualificação em empregos que, como se sabe, os brancos não estão mais dispostos a ocupar. A população do Sul Global é totalmente diferente em termos de composição racial – os brancos são uma minoria, a grande maioria é representada por pretos, pardos, amarelos, mestiços etc.

É do Ocidente branco que provém esse racismo estrutural, ancorado na convicção de que a civilização ocidental, mais desenvolvida e sofisticada, é produto de povos superiores. Só que agora os povos antes colonizados ou semicolonizados não reconhecem mais a superioridade

Ines249

dos brancos. Querem ter os seus direitos aceitos na prática, não apenas em tese, sem as restrições anteriores impostas pelos brancos. Como declarou Vladimir Putin, "os ocidentais precisam se dar conta de que o baile de vampiros está se aproximando do fim". Mas o Ocidente recusa-se terminantemente a aceitar que esse baile está acabando. A minoria branca do mundo entrou em estado de negação. Ressente-se intensamente da progressiva perda da hegemonia mundial e dos privilégios associados a ela. Humano, humano demais, diria Nietzsche. Séculos de dominação mundial não são facilmente esquecidos e abandonados.

A regressão civilizatória no Ocidente

Nesse ambiente carregado entra em funcionamento outro fenômeno de importância crucial, a migração em larga escala para os EUA e Europa de oriundos da América Latina, África e Ásia Ocidental em busca de melhores condições de vida ou fugindo de guerras, muitas delas deflagradas pelo Ocidente. À medida que cresce essa migração, cresce a repulsa a imigrantes, em especial aos muçulmanos. A resistência à migração e, em especial, as formas desumanas de reprimir a entrada de estrangeiros indesejados contribuem para um processo que pode ser designado, sem exagero, como regressão civilizatória dos Estados Unidos e da Europa.

O destino histórico do Brasil, ao lado de outras nações em ascensão, talvez seja o de iniciar uma nova Renascença

A popularidade da luta contra a imigração, em ambos os lados do Atlântico Norte, reflete o desejo, até certo ponto compreensível, de proteger a cultura ocidental contra a presença crescente de gente de outras culturas e religiões. Misturado a esse desejo legítimo aparece cada vez mais, no entanto, o racismo enraizado antes mencionado, a crença na superioridade e supremacia da raça branca. Um indicativo é o fato de que migrantes brancos da Ucrânia, por exemplo, enfrentam muito menos obstáculos no restante da Europa do que árabes ou africanos negros. Um imigrante ou refugiado ucraniano é visto basicamente como "um de nós".

O que temos, na verdade, é uma nova forma de fascismo xenofóbico. No plano político-partidário, cresce uma "nova direita", designada frequentemente como "populista", que tem no cerne do seu discurso a rejeição radical dos imigrantes. A nova direita cresce exatamente por causa

Ines249

Conflitos. A invasão de migrantes em Ceuta gerou uma crise. A defesa torna-se crucial. E quem pode deter o avanço de "continentes" como a Índia?

IDREES MOHAMMED/AFP, DOUGLAS GOMES/AGÊNCIA CÂMARA E JORGE GUERREIRO/AFP

da ressonância desse discurso nas massas nos Estados Unidos e na Europa e, também, por certa dificuldade dos partidos tradicionais de abraçá-lo sem violentar seus princípios básicos. Assim como os judeus na Alemanha nazista e em outros países da Europa, os muçulmanos e outros não brancos funcionam como convenientes bodes expiatórios para as consequências sociais adversas do declínio do Ocidente e da impossibilidade prática de continuar explorando o resto do mundo para proveito próprio.

Desafios para o Brasil

Para terminar, algumas palavras sobre o nosso querido país. Como ficamos nessa "era do obscurantismo", nesse "século das sombras"? Como preparar o Brasil para uma nova etapa, muito diferente daquela a que estávamos acostumados?

Primeiro desafio: o brasileiro deve abandonar, o quanto antes, o seu posicionamento acomodado e a crença de que as divergências internacionais se resolvem com boa vontade, diplomacia e *soft power*. É imperativa uma cuidadosa preparação psicológica, econômica e militar para enfrentar as tempestades pela frente. Não é uma escolha ou algo que possa ser postergado. Trata-se da questão mais urgente com que se defronta o País.

No campo psicológico, precisamos superar em definitivo os complexos de inferioridade que nos rebaixam e tanto prejudicam o nosso relacionamento internacional. Em outros termos, temos de lançar ao mar todos os resquícios de séculos de colonização cultural. Trata-se, também, de superar ou ressignificar o nosso tradicional pacifismo. Não para agredir ninguém, mas em reconhecimento de que para viver em paz é preciso preparar-se para a guerra, *se vis pacem para bellum*, como diziam os romanos.

No plano econômico, teremos de buscar a autossuficiência nas áreas essenciais, evitando, sempre que viável, uma dependência elevada em relação a fornecedores estrangeiros, especialmente aqueles situados em países que aparecem como agressores potenciais. As cadeias de produção estratégicas devem ficar em sua maior parte em território nacional ou em países confiáveis. Essa busca gera, evidentemente, perdas econômicas de eficiência. Mas acabou o tempo em que se podia confiar em alguma medida na abertura comercial e financeira como alavanca para o desenvolvimento.

Segundo desafio, esse mais positivo: o Brasil, por suas características, tem condições, talvez como nenhum outro país, de oferecer uma palavra nova ao mundo, uma mensagem de congraçamento e união. Vou mais longe: o nosso destino histórico talvez seja o de iniciar, juntamente com outras nações, uma espécie de Segunda Renascença, capaz de nos livrar das ameaças e catástrofes da era do obscurantismo em que ingressamos.

Não é a primeira vez que escrevo sobre esse papel potencial do Brasil, e não quero me repetir. Remeto o leitor ou leitora a alguns capítulos do meu livro mais recente, os *Estilhaços*. Digo apenas o seguinte: por suas dimensões, por resultar da mistura de povos oriundos de todas as partes do planeta, por sua tradição de abertura ao mundo, o brasileiro pode ter um papel de salvação mundial. O próprio sentimento de inferioridade e a própria tendência ao pacifismo, devidamente reconfigurados, nos preparam para exercer esse papel.

Delírio? Talvez. E repetindo, no entanto, uma indagação que fiz nos *Estilhaços*, não é pelo delírio que se chega à essência das coisas? •

**Economista. Foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países.*

Ines249

Europa em chamas

VERÃO Os incêndios atingem oito países em um continente desprotegido diante das crescentes ondas de calor

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

"Nunca vi cenas como estas antes" tem sido uma das frases mais repetidas por moradores de ao menos oito países europeus – Alemanha, Inglaterra, Espanha, França, Croácia, Grécia, Bélgica e Portugal –, nos quais as altas temperaturas de verão têm provocado incêndios devastadores e fora de controle. As chamas obrigam a evacuação de milhares de moradores, em vilarejos inteiros, e causam tanto a morte de indivíduos envolvidos pelo fogo quanto de pacientes com comorbidades, que sucumbem aos problemas de saúde agravados pelas altas temperaturas.

A falta de adaptação ao calor no transporte público e em outros espaços de circulação massiva faz crescer ainda mais o desconforto térmico e os problemas de saúde, especialmente nas capitais e grandes centros urbanos, nos quais temperaturas acima dos 38 graus são incomuns. Ônibus cujas janelas não abrem e repartições públicas fechadas, sem ar-condicionado ou ventilador, são clássicos da inadaptação europeia aos verões que têm se tornado a cada ano mais quentes e letais. Mesmo em postos de atendimento de saúde é comum a ausência de climatizadores. Na França, o governo ordenou a compra de aparelhos de ventilação e ar-condicionado em regime de urgência, aos milhares.

Os verões europeus viraram uma das vitrines dos efeitos distópicos das mudanças climáticas. Gente desmaiando nas ruas, passando mal em casa e fugindo de queimadas enquanto suas residências viram cinzas tornaram-se lugar-comum nos noticiários e nas páginas dos jornais. Em todo o continente, a área total queimada até o início do mês de agosto equivalia a 84 mil campos de futebol. Em Londres, a prefeitura discute programas de assistência emergencial para quem não tem casa e mora na rua. Em Paris, um motorista de ônibus chegou a desmaiar ao volante, batendo o veículo numa árvore.

O primeiro-ministro francês, Sébastien Lecornu, enfrentou uma multidão de moradores furiosos no Departamento de Gironde, onde 42 mil hectares foram queimados. O incêndio começou há um mês, sem que o governo do presidente Emmanuel Macron tenha respondido a contento, na opinião dos afetados, que começam a se organizar para mover processos coletivos contra o Estado francês, em busca de indenizações. Gross Bessillon, no departamento de Var, queimou por 18 dias. Na comuna de Porge, 183 das 250 casas foram reduzidas a cinzas no mês de julho. Para responder às vítimas, Lecornu fez uma visita ao local acompanhado por nada menos que seis ministros e um número ainda maior de altos funcionários da administração pública. Nas zonas destruídas, o governo francês terá de abrir linhas de crédito e acelerar a concessão de alvarás para reformas e reconstruções de casas e comércios devastados, além de isentar os moradores de impostos por ao menos três meses. O caos experimentado na vida cotidiana dos franceses que vivem

A área total destruída até o início deste mês equivalia a 84 mil campos de futebol. Vilarejos inteiros foram consumidos pelo fogo

Ines249

Na Bélgica, queimadas de "proporções históricas"

VHP/AFP

nessas regiões deve ser agravado por uma incerta volta às aulas em 1º de setembro.

As chamas que consomem campos e casas também provocam danos na política. A ministra da Transição Energética, Monique Barbut, ex-presidente da ONG ambientalista WWF, renunciou ao cargo e, numa entrevista, criticou o governo Macron, que, segundo ela, não fez a lição de casa para preparar o país para os efeitos das mudanças climáticas. Para Barbut, o governo atual "só tem a aportar uma visão tecnológica para uma questão que é ambiental". A agora ex-ministra elaborou um plano de adaptação e transição climática que o governo Macron talvez nem consiga implementar até o fim do mandato, em maio de 2027. Para escândalo dos macronistas, Barbut disse que o político com melhores condições para construir políticas efetivas de adaptação é Jean-Luc Mélenchon, do partido de esquerda França Insubmissa.

Na vizinha Bélgica, um incêndio classificado como de "proporções históricas" consumiu 3 mil hectares do Parque Hautes Fagnes, considerado "uma joia" natural do país, na fronteira com a Alemanha. A área queimada é equivalente àquela do território da capital, Bruxelas. O país recebeu helicópteros da Suécia, da Holanda, da Alemanha e da Noruega em apoio ao combate às chamas. "A evacuação de cidades por causa de incêndios é algo sem precedentes", disse ao jornal francês *Le Monde* Marc Gilbert, presidente da Federação Real dos Corpos de Bombeiro da Bélgica. "Com o aquecimento global, nossas missões têm aumentado muito e têm se tornado cada vez mais complexas. Nós estamos vivenciando agora algo que nunca vi em mais de 50 anos de carreira. Vamos esperar que o número de mortos chegue a quantos, até que comecemos a reagir?"

O Reino Unido registrou cinco ondas de calor só neste ano. Ao menos 19 casas foram consumidas pelo fogo em Stourbridge, em West Midlands, a zona mais afetada. Um mercado foi queimado em Dudley. O serviço de saúde britânico diz que durante os quatro dias da onda de calor registrada em maio e os oito dias da onda de junho deixaram um "excesso de óbitos" de 2.877 cidadãos – mortes que superam o registro-padrão. No verão de 2025, esse "excesso de óbito" foi de 1.504 casos. O número, portanto, quase dobrou. "Nossos estudos mostram que o aumento das temperaturas e as ondas de calor extremo representarão uma ameaça crescente a cada novo ano", disse ao jornal inglês *The Guardian* o médico Simon Williams, que pesquisa o impacto do calor na saúde humana na Universidade Swansea. De acordo com ele, cada grau centígrado adicional no processo de aquecimento global "leva, aproximadamente, 1 milhão de pessoas ao uso de 180 horas adicionais do NHS (o serviço público de saúde do Reino Unido) anualmente". Os idosos são os mais afetados.

Na Grécia, houve duas mortes nos incêndios na Ilha de Salamina, perto de Atenas. O fogo começou justamente em praias nas quais há um grande número de turistas nesta época do ano. Os fortes ventos espalharam as chamas muito rapidamente, levando à evacuação de 600 habitantes, que tiveram de sair pelo mar.

Mais de mil pessoas precisaram ser evacuadas na Espanha, onde 16,6 mil hectares foram queimados na região de Aragão, deixando pelo menos um morto. No sul de Portugal, ao menos 38 mil hectares foram incendiados. •

Ines249

8 eleições.
32 anos.
Um compromisso que não muda.

Há 32 anos ajudando o Brasil a entender o Brasil.

CartaCapital

Saiba mais em:
https://bit.ly/4hHMeke

Ines249

As donas da bola

ENTREVISTA Gal Barradas, diretora da Copa Feminina, diz que o evento vai impactar a cultura e a economia do Brasil

A ANA PAULA SOUSA

ACERVO SUZANA CAVALHEIRO/MUSEU DO FUTEBOL/SP E REDES SOCIAIS SP2B/FIFA

Ines249

"Minha avó, nascida em 1906, foi empreendedora. Minha mãe, nascida em 1929, foi a primeira mulher a se formar em arquitetura na Bahia. Pra mim, o mundo sempre foi isso: as mulheres podiam fazer o que quisessem. Mas aí eu cheguei no mercado de trabalho e vi que não era bem assim."

Gal Barradas, que se formou em administração de empresas e fez pós-graduação em semiótica, veio de Salvador, onde nasceu, para São Paulo no início dos anos 1990. Ainda bem jovem, assumiu altos cargos em agências de publicidade como W/Brasil e F/Nazca, atendendo a grandes marcas – dentre elas algumas de cerveja. Era, muitas vezes, a única mulher na sala de reunião. "Mulher e baiana, imaginem!"

Estávamos também no início dos anos 1990 quando, na província de Guangdong, na China, a Fifa realizou a primeira edição da Copa do Mundo Feminina. Em 2027, de 24 de junho a 25 de julho, a Fifa realiza a 10ª edição do evento, em oito cidades brasileiras, com uma ambição: fazer dela o maior evento esportivo feminino do mundo.

À frente da missão estão quatro diretores-executivos que, desde o primeiro semestre, ocupam o escritório da Fifa no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Gal é a diretora de Receitas, Marketing e Comunicação.

A executiva, que, dez anos atrás, criou um aplicativo, o Woman Interrupted, que mede quantas vezes uma mulher é interrompida por homens enquanto fala, parece sentir-se realizada com o fato de não ser minoria numa reunião de diretoria. Na Copa Feminina há apenas um homem entre os quatro C-Level.

E isso acontece, quem diria, em um esporte que sempre esteve fortemente ligado à cultura patriarcal. "O time, no futebol masculino, é passado de pai pra filho, de avô pra neto", pontuou Gal durante o painel *Mulheres Que Movem o Jogo*, realizado na quarta-feira 12 no prédio da Oca, no Ibirapuera, durante o SP2B (*ler texto à pág. 58*).

Foi justamente nesse encontro que Gal, para falar sobre sua função atual, mencionou a linhagem feminina de sua família. A mesa contou também com a presença da locutora Renata Silveira, a primeira mulher a narrar um jogo de futebol na TV Globo.

"A mulher não podia jogar futebol, mas podia ser ajudante de mágico, com biquíni cavado, podia ser a mulher barbada no cinema..."

Renata contou que, na adolescência, não tinha a menor ideia de que profissão seguir, e que foi fazer Educação Física sem convicção – apenas porque gostava de esporte. Mas, algumas vezes, pensou largar o curso. Gal emendou: "É claro! Simplesmente porque a sua profissão não existia".

Dois dias depois do painel, Gal conversou com *CartaCapital*, por videoconferência, para falar um pouco mais sobre a Copa de 2027.

CartaCapital: Como você chegou à Fifa? Foi também por ser ativista pela igualdade de gênero?

Gal Barradas: Foi por meio de um *head hunter*. Eu estava na Rio Bravo (Investimentos) há dois anos, e muito feliz, mas a possibilidade da Fifa soou, para mim, como um chamado, porque mexe em muitas dimensões do meu ser. Eu fiz as entrevistas e tal, mas não voltaram a falar comigo. Voltei a procurá-los depois de alguns meses e eles disseram que precisavam de alguém com experiência em grandes eventos esportivos. Eu falei: "Olha, com toda essa lista de atribuições que vocês pedem, e mais ter trabalhado em grandes eventos, não tem mulher no Brasil. Devem ser duas ou três. E se vocês já falaram com elas e elas disseram não... não vai ter mais ninguém" (*risos*). Eu disse que cumpria todos os requisitos ligados a marketing; estou acostumada às relações institucionais e políticas, coisas com as quais uma entidade do tamanho da Fifa tem de lidar; tinha disponibilidade de mudar para o Rio de Janeiro; e sou reconhecida como ativista pela

Ines249

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP E DANIELA PORCELLI/CBF

causa das mulheres. Depois de um tempo, me procuraram de novo. Aí, pronto. E também tinha coisas que não estão no meu currículo. A primeira delas é que amo futebol.

CC: Ama?

GB: Cresci dentro disso. Futebol é um negócio que vivi a minha vida inteira. Meu avô era o Manoel Barradas, que dá nome ao Barradão (o estádio do Vitória, em Salvador). Sou Vitória desde sempre.

CC: Por que você queria tanto fazer essa Copa?

GB: Você acompanha a minha carreira: eu tô sempre olhando pra onda que está se formando ali no horizonte, quero surfar naquela outra onda que tá chegando. E eu vejo a Copa do Mundo Feminina como um grande movimento global, que, aqui no Brasil, vai impactar a sociedade em muitas camadas. Por onde quer que se olhe, não existe possibilidade de essa Copa não deixar uma grande transformação cultural e econômica.

CC: Você falou, no SP2B, que o legado da Copa masculina foram os estádios construídos e que agora o legado será o desenvolvimento. Admito que, até ouvir essa conversa, eu não tinha noção da dimensão do evento. Você acha que a sociedade tem a percepção do que será esta Copa?

GB: Alguns grupos têm. A Copa Feminina é um ativo de entretenimento que desperta muito interesse. Na pesquisa do LAB Humanidades, da AlmapBBDO, ela aparece em segundo lugar na lista de interesses dos jovens brasileiros, só perdendo para a Copa Masculina. Acho que há grupos que conhecem o evento e sabem falar sobre ele – as mulheres mais ativistas, por exemplo. Mas ele também está sendo construído por nós.

Meta. A Fifa tem a ambição de transformar o torneio que acontecerá em oito cidades brasileiras no maior evento esportivo feminino do mundo

CC: A Copa vai ser vendida como sendo o quê?

GB: Nosso *slogan* é *Go Epic*: Vai ser épico. E será épico porque vai movimentar o País de uma maneira extraordinária. Se você pensar só na presença física das equipes... Serão 32 seleções em oito cidades do Brasil. Imagine a oportunidade para o turismo e para as micro e pequenas empreendedoras. A gente vê que, nas cidades-sede, elas já entenderam isso e estão muito engajadas.

Ines249

CC: As marcas que devem se associar ao evento são diferentes daquelas que se associam ao futebol masculino?
GB: A Fifa tem vários patrocinadores e várias categorias – Futsal, e-Sports, Sub-20, Sub-17 –, e os patrocinadores globais estão em todas as propriedades. Existe uma cota de patrocínio para futebol feminino; uma de Copas do Mundo; e tem outra, que é onde vão entrar os brasileiros, de patrocinador local, para este torneio apenas. A gente tem a possibilidade, na Fifa 2027, de negociar outros tipos de ação. Porque o futebol masculino é saturado, e o feminino ainda não. Embora já seja um ativo – que, podemos dizer, está consolidado e entrega valor –, ele ainda tem um potencial de crescimento muito grande, por um preço menor. As marcas enxergaram que não se trata apenas da questão de mulheres no campo e, normalmente, não estão interessadas só em patrocínio. Querem fazer licenciamento de produto; estar no camarote; ter uma presença diferenciada. E uma coisa que me surpreendeu alegremente é que querem apoiar projetos sociais. Muitas marcas perguntam: qual vai ser o legado?

CC: De que forma a eliminação do Brasil ainda nas oitavas impactou o trabalho de vocês?
GB: Nós somos Fifa, não CBF. Somos território neutro. Nós queremos ver um grande futebol. Tinha duas possibilidades para a Seleção Brasileira: ganhar ou perder. Se ganhasse, estaríamos na continuação da euforia para a próxima Copa. Perdendo, é um pouco "Temos outra oportunidade, temos outra Copa do Mundo no ano que vem". E, sinceramente, não estou falando retoricamente. Realmente acho isso. Inclusive, porque são coisas bem diferentes o futebol masculino e o feminino. É outra Copa, com a possibilidade real de a gente ganhar, na nossa casa.

CC: Quais são as principais diferenças, sobretudo no imaginário?

O ESPORTE NO SP2B

A Fifa quis se fazer presente no evento de empreendedorismo, inovação e criatividade realizado no Parque do Ibirapuera

Nascido para ser um evento que enlaça inovação, empreendedorismo, negócios, tecnologia e indústrias criativas, o SP2B teve, em sua primeira edição, realizada entre os dias 9 e 16 de agosto no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, uma forte presença do esporte.

"O esporte, no fim, toca em todas as temáticas e em todos os segmentos que a gente trouxe pra cá", diz Rakel Cogliati, curadora do SP2B, que mediou a mesa *Mulheres Que Movem o Jogo: Liderança, Negócios e o Futuro do Esporte com a Copa do Mundo Feminina da Fifa 2027*, da qual Gal Barradas participou.

A Fifa promoveu outros debates nos quais procurou reunir patrocinadores, executivos do setor esportivo, marcas e atletas. Uma das mesas explorou, por exemplo, a conexão entre esporte, marcas, turismo e cultura.

De acordo com os organizadores, o SP2B reuniu 2 mil palestrantes – entre artistas, *influencers*, pesquisadores, empresários etc. – que se dividiram em 750 painéis. O evento ocupou quase todas as estruturas do Parque do Ibirapuera.

As conversas aconteceram em palcos montados no Auditório Ibirapuera, no Pavilhão da Bienal, no Museu Afro Brasil Emanoel Araujo, no Planetário e na Marquise, entre outros espaços.

Além dos debates, houve alguns shows. A apresentação de encerramento coube ao grupo BaianaSystem.

Ines249

MIGUEL SCHINCARIOL/AFP, REDES SOCIAIS SP2B/FIFA E LUCAS DE OLIVEIRA/SP2B

GB: O futebol masculino nasceu para ser masculino. Jogar futebol, para a mulher, era contra a lei. Elas jogavam em campos, sem iluminação, à noite, e cortavam o cabelo curto pra que, de longe, achassem que eram homens, não mulheres. A mulher podia ser ajudante de mágico, com biquíni cavado, podia ser a mulher barbada no cinema. Tudo isso era tratado como normal. Ser interrompida em reuniões é normal, ter suas ideias roubadas é normal...

CC: Estranho é jogar futebol!

GB: Isso, estranho é jogar futebol. É uma baita vitória o que a gente está vivendo. No Itaquerão (na partida entre Brasil e Estados Unidos, em junho), vi os meninos de 10 anos querendo tirar foto com a Kelly, querendo ver a Marta.

CC: Mas o preconceito contra o futebol feminino permanece, não é?

Itaquerão. Durante um debate em São Paulo, Gal disse que o jogo Brasil X EUA mostrou o quão genuíno e orgânico é o movimento do futebol feminino

GB: São preconceitos de diversas ordens ainda. Mas, para mim, é um fenômeno que vai ser igual ao do *skate*: as meninas vão jogar cada vez mais futebol e as mulheres vão trabalhar com futebol, não só as atletas. Essa geração vai transformar isso e a Copa Feminina vai realmente alterar a percepção da sociedade.

CC: O que faz você ter essa certeza?

GB: É um evento que movimenta coisas que não vão ficar invisíveis porque tocam em muitos pontos da sociedade, do entretenimento e do mundo dos negócios. Tudo que mexe com o mundo dos negócios, com a economia, é transformador. E o movimento que se formou em torno do futebol feminino é muito orgânico e genuíno. Da mesma forma que, nos anos 1990, não era legal ser baiano em São Paulo, e hoje está na moda, a ideia de futebol feminino pegou. •

Ines249

Tirar a poeira dos arquivos

CINEMA Ao revelar imagens inéditas da Conferência de Roma, *Anistia 79* expõe os efeitos da ditadura sobre o Brasil atual

POR MARCELO MIRANDA

Mais de uma década depois de *Retratos de Identificação* (2014), Anita Leandro retorna às salas de cinema com *Anistia 79*, que estreou na quinta-feira 20. Novamente, a documentarista, nascida em Minas Gerais e radicada no Rio de Janeiro, se debruça sobre materiais de arquivo que recuperam as memórias de sobreviventes da ditadura brasileira.

Em *Retratos de Identificação,* dois militantes de esquerda relembravam o passado a partir de fotografias. No novo filme, a diretora usa imagens da Conferência Internacional pela Anistia e as Liberdades Democráticas no Brasil, realizada na plenária do Senado italiano, em Roma, em 1979, para apresentar um evento pouco lembrado – e nunca mostrado.

Seu objetivo é o mesmo em ambos os trabalhos: entender o quanto os traumas do regime que vigorou entre 1964 e 1985 ainda conduzem o País.

A Conferência foi um encontro no qual exilados e defensores dos direitos humanos de vários países articularam uma resistência contra a intenção do governo brasileiro de estender o benefício da anistia a torturadores e integrantes das Forças Armadas. A ocasião é definida por Anita Leandro como "o maior encontro da diáspora brasileira no exílio".

A diretora chegou às imagens a partir de registros da Conferência que ela encontrou na biblioteca da Universidade de Nanterre, na França, em 2015. Esses registros a levaram a Hamilton Lopes dos Santos, militante de esquerda que, com Velso Ribas (operador de câmera) e Ciccio (técnico de som), filmou o encontro em Roma. Ele entregou a Anita um material com 90 minutos, no qual aparecem figuras como Apolônio de Carvalho, Gregório Bezerra e Denise Crispim.

Munida dos registros, Anita buscou os sobreviventes e os parentes daqueles que não sobreviveram e mostrou-lhes as imagens. *Anistia 79* é, assim, um jogo de cena entre passado e presente e um reencontro com memórias que nunca se foram. "O passado não passa no Brasil", costuma dizer a diretora.

"Os materiais de arquivo não são ilustração de conteúdo histórico. São, eles próprios, conteúdo, forma e vestígios", diz a diretora Anita Leandro

Anita, que é também professora de cinema na Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz a *CartaCapital* que os arquivos têm um papel maior que o do simples registro informativo. "A retomada das imagens do passado pelo cinema demanda certa afirmação do óbvio. Os materiais de arquivo não são ilustração de conteúdo histórico. São, eles próprios, conteúdo, forma e vestígios da história que devem ser devolvidos ao espectador em sua própria incompletude. O cinema de arquivo não deve ser confundido nem com reportagem nem com livro de história."

Anistia 79 cria uma cronologia própria a partir das filmagens de Hamilton Lopes. A Conferência aconteceu entre 28 e 30 de junho de 1979 e a Lei de Anistia foi aprovada no Congresso Nacional dois meses depois, em 28 de agosto. "Quando as imagens foram feitas, ainda não se sabia que a anistia

Ines249

A memória confrontada. O documentário (*à esq. e à dir., no primeiro frame*) faz parte de um conjunto de filmes, muitos deles ensaísticos, que usam o material de arquivo para criar interpretações novas sobre a história. *Diário de Uma Busca*, de Flávia Castro, e *No Intenso Agora*, de João Moreira Salles (*à dir.*), misturam experiências íntimas e movimentos coletivos

MARIA FLOR BRASIL E REDES SOCIAIS

seria ampla, geral e irrestrita, não só tirando da prisão os prisioneiros políticos, mas beneficiando os generais no poder, que fizeram uma leitura perversa da lei, de modo a se autoanistiar e garantir impunidade aos torturadores", diz a cineasta.

O que o filme faz, para enfatizar essa "aberração jurídica" e seus efeitos sobre o País, é intercalar as imagens da Conferência com registros recentes.

Ou seja, como se discutiu em um debate da 21ª edição da CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto, em junho, o uso de acervos serve sobretudo para a "criação de novos filmes". O cineasta Carlos Adriano, que trabalha sobre arquivos há mais de 30 anos, disse, no evento, ser necessária uma "vivência oblíqua" com as imagens.

"Ao lidar com esses materiais, você muda totalmente a perspectiva e o ponto de vista", afirmou ele. "Temos que entender quando o filme trabalha o arquivo de uma forma poética, dando outra vida às imagens."

Os realizadores precisam, ao mesmo tempo, ter a clareza de que lidar com a violência e a intimidade de determinados registros implica riscos estéticos e éticos. Embora o desafio seja grande, são cada vez mais usuais os filmes, muitos definidos como ensaios, que percorrem esse caminho.

Notas Sobre o Desterro (2025), de Gustavo Castro, cruza imagens de bancos de dados da Organização das Nações Unidas (ONU) com vídeos postados em redes sociais para retratar o conflito na Palestina.

Em ***Irritante Prodígio*** (2026), Luiza Lindner usa arquivos pessoais – como diários, mensagens de texto e vídeos que ela gravou no celular durante crises de pânico – para recuperar um trauma hospitalar de infância.

João Moreira Salles, em *No Intenso Agora* (2017), remonta registros pessoais feitos por sua mãe em uma viagem à China, em 1968, ano marcado por intensas manifestações políticas em todo o mundo. Em *Diário de Uma Busca* (2010), Flávia Castro expõe cartas e outros materiais íntimos do pai, jornalista, na tentativa de entender sua morte durante a ditadura.

O que todos esses projetos têm em comum é o fato de que as imagens do passado, rearticuladas no presente, ganham nova finalidade – por vezes muito distante da original.

"A imagem do passado vem carregada de história, e o grande desafio é tornar os arquivos acessíveis ao espectador na sua materialidade, permitindo que o público elabore uma memória histórica", reforça Anita. "Os grandes acontecimentos dão uma visão de conjunto da história, mas os microacontecimentos são tão ou mais importantes que eles." •

Ines249

ANGELA WEISS/AFP E STEFANIA ROSINI

ESTREIA

UM SUSPENSE DE GUS VAN SANT

REFÉM POR UM FIO PARTE DE UM CASO REAL E TRAZ AL PACINO NO ELENCO

É com um suspense que, passados sete anos desde o seu último longa-metragem, *A Pé Ele Não Vai Longe* (2018), o cineasta norte-americano Gus Van Sant retorna aos cinemas.

Refém Por Um Fio, em cartaz desde a quinta-feira 20, baseia-se em um crime ocorrido em 1977 em Indianápolis, nos Estados Unidos. O episódio fora antes retratado no documentário *Dead Man's Line* (2018), de Alan Berry e Mark Enochs.

No centro da trama está um pequeno incorporador imobiliário que, endividado e convencido de ter sido vítima de uma fraude, invade a empresa que detém sua hipoteca.

Ele vai munido de raiva e de uma espingarda de cano serrado. Lá chegando, encontra o filho do dono e o faz refém, prendendo ao pescoço dele um fio de aço ligado ao gatilho.

Para libertá-lo, exige 5 milhões de dólares e um pedido público de desculpas. À frente do papel está Bill Skarsgård. Outro astro do elenco é Al Pacino, no papel de um barão das finanças. Sua presença é citada, pela crítica internacional, como um dos pontos que conectam o filme a *Um Dia de Cão* (1975), de Sidney Lumet.

Ao suspense, Gus Van Sant acrescenta um tom de comicidade desconfortável. Mais uma vez, o diretor de *Gênio Indomável* (1997), *Elefante* (2003), *Paranoid Park* (2007) e *Milk: A Voz da Igualdade* (2009) toma o pulso das tensões da sociedade. – APS

Ines249

Ligia Bahia
Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde

Negacionista enrustido

▶ É plausível supor, pela insipidez de suas promessas, que Flávio Bolsonaro queira evitar a memória ainda recente das mortes durante a pandemia

Impossível não se surpreender com as promessas para a saúde da plataforma de Flávio Bolsonaro. No texto "Para o Brasil Vencer o Atraso", divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, o candidato da extrema-direita nega sua identidade e se desdiz. Começa pelas vacinas, produção nacional de imunizantes ao se comprometer em "manter a imunização."

Embora, no mesmo mês e ano, Donald Trump tenha reduzido o número e alterado o calendário de vacinas para as crianças, sob o falso e gasto apelo à associação entre imunização e autismo.

Seguindo o líder, seu irmão, no Texas, diz que pagou 10 dólares e exibe um papel, que isentaria sua filha de apresentar comprovante de vacinação para a matrícula escolar. Se valer o escrito, haveria divergência entre comandante e comandado. Dada a retomada do Plano Nacional de Imunização a partir de 2023, o Brasil permaneceria entre os países que levam a sério o controle de doenças e mortes preveníeis por vacinação.

Propugnar pela prevenção e vacinação contrasta com o posicionamento do parlamentar que, durante a pandemia de Covid-19, foi ativo disseminador de *fake news* (página 702 do Relatório Final de Comissão Parlamentar de Inquérito) e afirmou que não se vacinaria por ter se infectado ou que se vacinou. Por outro lado, há indícios sobre a atração do candidato por negócios com vacinas.

Tal como se constatou durante a tragédia sanitária, os negacionistas "fraquejaram" perante as perspectivas de contrato com a empresa VTCLog, suspeita de participar de um esquema de corrupção envolvendo a aquisição da vacina Covaxin. O pretendente a Presidência da República teria sido mobilizado para destravar pagamentos ao laboratório Bharat Biotech, representado no País pela Precisa Medicamentos, mesmo após alertas técnicos acerca de superfaturamento.

O restante das proposições contidas no manifesto "Para o Brasil Vencer o Atraso" repete o que já está sendo realizado, sem ênfase ou polêmica. Saúde mental "será fortalecida e ampliada". Sumiram as comunidades terapêuticas, na prática de algumas denominações religiosas, a internação compulsória para drogadição, a cura *gay*. Por saúde mental, o programa eleitoral de Flávio Bolsonaro abandona as drogas e seleciona depressão, ansiedade e Alzheimer.

A mesma operação, de apagamento de consignas, incide sobre as alternativas para a saúde da mulher. Parto humanizado, fertilização e reprodução assistida, acesso a anticoncepcionais, dignidade menstrual e aborto legal ficam restritos a "exames preventivos, mulher com câncer, na menopausa e gestação". Para quem escreveu a plataforma do Partido Liberal e pulou um ciclo de vida, a menopausa que ocorre em mulheres que menstruaram é um problema, o apoio à higiene, segurança e acesso a absorventes não.

Outros acenos aos eleitores, que mimetizam atuais iniciativas governamentais, se referem em parte dos esforços de implementação da saúde digital. Prontuário eletrônico, interoperabilidade de dados entre instituições públicas e privadas e telessaúde estão sendo viabilizados sob um marco de qualidade dos cuidados, proteção de informações e soberania nacional. Similarmente, o aumento da tabela do SUS, adotado pelas três esferas da federação, se converteu até em motivo de disputas em torno dos maiores índices. Mencionar incremento de valores de remuneração sem parâmetros, no mesmo documento que declara a intenção de reduzir impostos, empilha ideias anódinas e incongruentes.

Na plataforma do filho do ex-presidente Bolsonaro, complementada por remédio em casa, Brasil sem fila, saúde da família, doenças raras, pessoas com deficiências, hospitais universitários inteligentes, não há negacionismo. O repertório do PL de prioridades para a saúde difere pouco daquele apresentado pela candidatura progressista.

É plausível supor que a estratégia do candidato da extrema-direita seja evitar a memória ainda recente das mortes durante a pandemia, mediante a insipidez de suas propostas. Contudo, ao tentar desviar o debate da saúde, para jogar luzes sobre a segurança, punições e encarceramentos, o programa de Flávio Bolsonaro explicita sua natureza regressiva: direito a saúde é futuro e igualdade, amplificar a violência nos remete ao totalitarismo. Rememorar não é mera nostalgia, o resgaste de experiências de resistência e solidariedade é antídoto da destruição. •

redacao@cartacapital.com.br

Ines249

Sem romantismo

RESENHA COM BASE EM PESQUISAS DE OPINIÃO, JOÃO FERES JR. OFERECE UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DAS JORNADAS DE JUNHO

POR SERGIO LIRIO

Treze anos depois dos protestos poeticamente apelidados de "Jornadas de Junho", os cientistas políticos ainda não foram capazes de produzir uma explicação plausível para o fenômeno e seus desdobramentos. As interpretações variam de um movimento espontâneo capturado na sequência pela extrema-direita à expressão de uma insatisfação legítima e represada da população, diante da precariedade dos serviços públicos, da corrupção galopante e das frustrações em relação ao desenvolvimento do País. Na maioria dos estudos, fica evidente a dificuldade dos autores em separar a análise objetiva da militância.

Sempre atento aos dados e à coleta de opinião pública, João Feres Jr., professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e criador do "Manchetômetro", escarafunchou as pesquisas realizadas com manifestantes em diferentes momentos e lugares, mas no calor dos acontecimentos. O simples exercício de buscar as fontes primárias permitiu ao cientista político demolir grande parte das teses que sustentam as análises sobre as jornadas. "As análises de dois *surveys*", escreve, "indica que J13 não deve ser interpretado como uma explosão caótica de pautas, mas como um movimento estruturado por clivagens claras (...) O precariado, celebrado por alguns intérpretes como sujeitos emergentes, teve peso reduzido. A comparação mostra, portanto, que a pauta anticorrupção não surgiu como ruptura, mas como tendência já presente e que rapidamente se tornou dominante." Mais: a crítica à corrupção se misturava a um viés claramente antipetista.

Em vez de especular, o cientista político buscou as fontes primárias

Feres dedica um capítulo à influência dos meios de comunicação, sobretudo nos anos anteriores ao estopim dos protestos, iniciados pelos estudantes do Movimento Passe Livre, que logo seriam abocanhados, mastigados e cuspidos por outras forças. "A grande (*sic*) imprensa brasileira desempenhou um papel muito mais profundo e estrutural de J13 do que reconhece a literatura especializada (...) A imprensa não apenas 'noticiou' os acontecimentos, mas atuou durante anos como um dos principais agentes de construção de percepções políticas que moldaram o ambiente cognitivo no qual os protestos emergiram."

Em resumo, Junho de 2013 começou bem antes, nos jornais, sites, tevês e rádios. A mídia chocou o ovo da serpente. •

NAS RUAS E FORA DELAS

João Feres Jr. Autêntica
(344 págs., 64,90 reais)

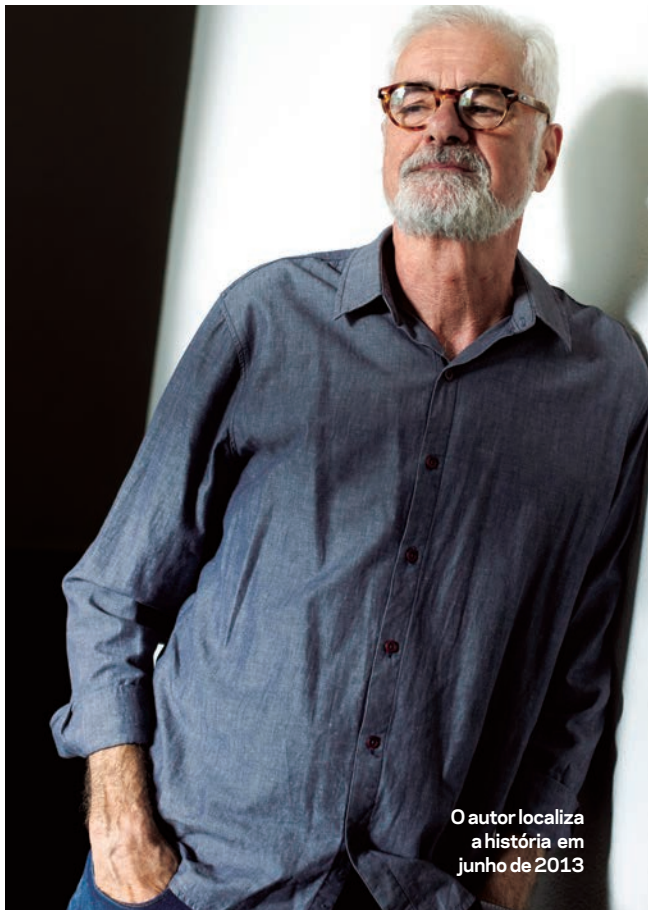
NELSON ALMEIDA/AFP

Ines249

Sexo, drogas e divagações

LIVRO QUASE DUAS DÉCADAS DEPOIS DE *PORNOPOPEIA*, REINALDO MORAES VOLTA À CARGA COM UMA HISTÓRIA PASSADA NUMA NOITE

POR FABIO MASCARO QUERIDO*



O autor localiza a história em junho de 2013

Demorou, mas Reinaldo Moraes está de volta. Quase duas décadas depois de *Pornopopeia*, de 2009, o escritor paulistano lança *Noitada*. Como no romance anterior, tudo está ali: sexo, drogas, diálogos que não têm nem pé nem cabeça, divagações, ironias e muito mais. Mas, em *Noitada*, a história se passa numa única e interminável noite.

Não em qualquer uma: estamos em junho de 2013, em meio às manifestações que tomaram São Paulo e o País.

O enredo gira em torno de três personagens: Kabeto, ora narrador, ora personagem, e escritor em estado de bloqueio criativo; Mina, sua ex-companheira e agora parceira de farras noturnas; e Audra, jovem atriz de teatro, habitante de Higienópolis.

Tudo começa com o encontro entre Kabeto e Mina. Juntos, e devidamente municiados de tabaco, maconha e cocaína, tomam um táxi até o apartamento de Audra, que lá os espera na companhia de uma amiga desconhecida.

Em meio aos protestos que se fragmentavam pela região central da cidade, a corrida revela-se uma verdadeira viagem – para eles e para o leitor. São nada menos que cem páginas que se desenrolam entre o bar do qual partiram e a chegada ao edifício onde ocorrerá a maior parte da "noitada". O tempo da leitura é maior do que o tempo "real".

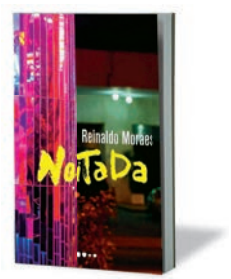
O resultado é um contraste entre a paralisia do movimento, simbolizada pelo trânsito bloqueado, e o caráter vertiginoso da narração e dos diálogos. "Tudo parece meio estancado no espaço e no tempo", lança a certa altura o narrador.

Mas, se a questão política está presente, ela aparece quase sempre como obstáculo ao verdadeiro interesse das personagens, que é bem mais prosaico. Assim, a alienação diante do mundo pode ser lida como uma espécie de formalização literária dos impasses do "progressismo cultural".

Nos diálogos, não faltam tiradas bem-pensantes contra o conservadorismo moral. A crítica da moral dos outros não escapa, porém, do seu próprio moralismo, cuja sensação de superioridade serve como justificativa para a inação em face dos conflitos sociais.

E talvez esteja justamente aí a força crítica do livro. A franqueza do narrador, que escandaliza, nos demonstra o quanto os pretensos esclarecidos, ao se encastelarem na sua própria bolha, pouco se dispõem a mudar uma sociedade que, afinal de contas, nunca será tão "avançada" quanto gostariam que fosse.

De fato, é mais fácil apenas lamentar do que compreender e agir. •



NOITADA

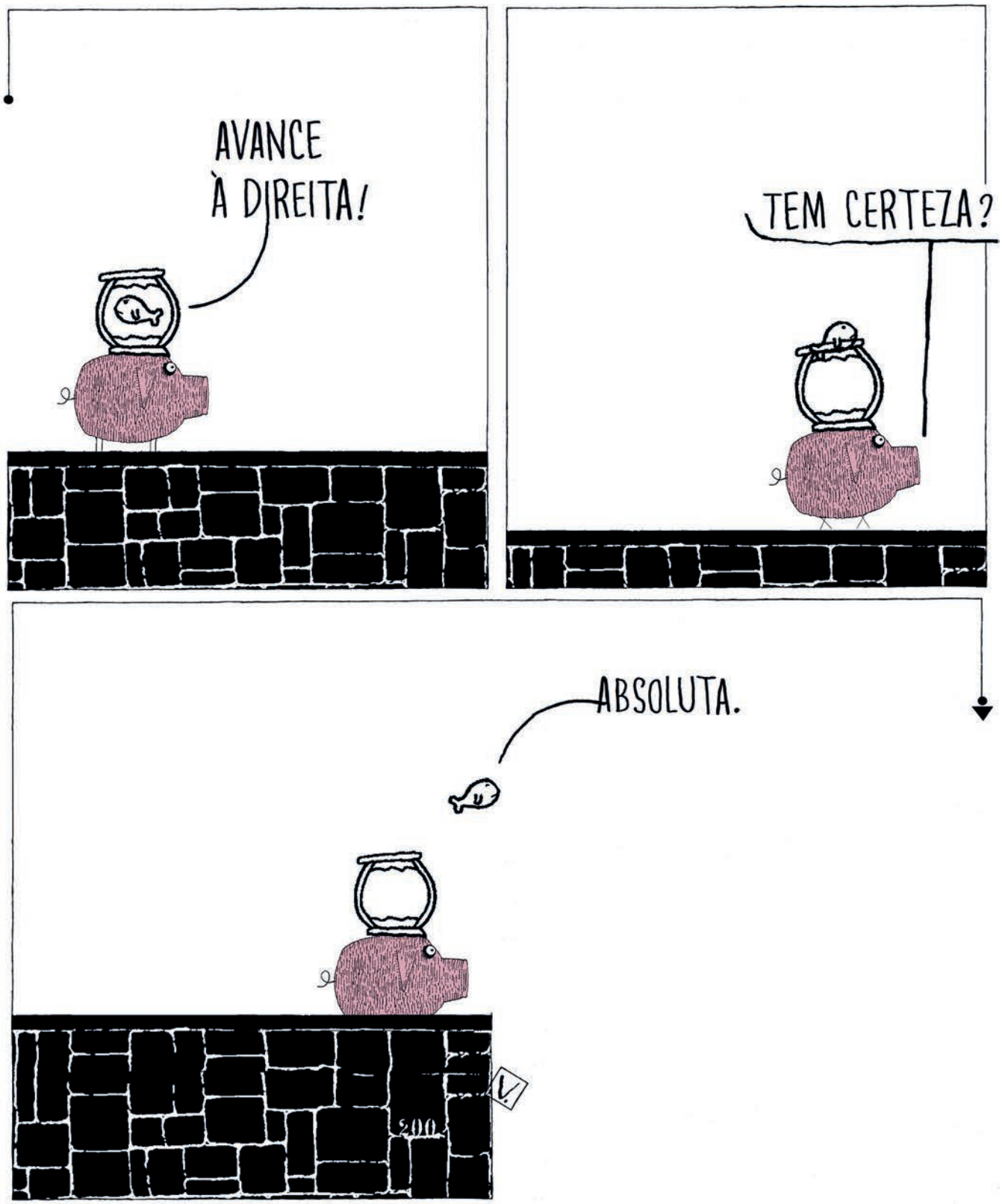
Reinaldo Moraes. Todavia (464 págs., 119,90 reais)

**Professor de Sociologia da Unicamp.*

RENATO PARADA

Ines249

VENES CAITANO



Ines249

Direto da Redação

A ECONOMIA, A POLÍTICA E O MUNDO EXPLICADOS TINTIM POR TINTIM

DE SEGUNDA A SEXTA

17H

AS PRINCIPAIS NOTÍCIAS DO DIA COM O OLHAR CRÍTICO DE

CartaCapital

DR Carta

https://www.youtube.com/@CartaCapital

Ines249

80 ANOS
DE HISTÓRIA

Há 80 anos, transformamos o legado de Dorina Nowill em oportunidades para milhares de pessoas cegas ou com baixa visão.

Seguimos promovendo acesso à educação, informação, autonomia e inclusão.

FACHADA EM 1946

FACHADA ATUAL DA FUNDAÇÃO

BIBLIOTECA INCLUSIVA REGINA CALDEIRA

CENTRO DE MEMÓRIA

FAÇA PARTE DESSA HISTÓRIA!

Doe pelo site (QR Code),
pelo **PIX: pix@fundacaodorina.org.br**
ou via **depósito bancário:**
Banco Bradesco – Agência 3391 –
Conta 27122-5 / CNPJ: 60.507.100/0001-30

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS

Canal de Relacionamento com Doadores:
(11) 5087-0999 – opção 4
relacionamento@fundacaodorina.org.br

www.fundacaodorina.org.br